

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

MARIHÁ GONÇALVES DA SILVA

**NEGRAS! SOMOS TODAS MAJU: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO E
RACISMO NO JORNAL NACIONAL**

PORTO ALEGRE
2017

MARIHÁ GONÇALVES DA SILVA

**NEGRAS! SOMOS TODAS MAJU: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO E
RACISMO NO JORNAL NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra de Fátima Batista de Deus

PORTO ALEGRE
2017

MARIHÁ GONÇALVES DA SILVA

**NEGRAS! SOMOS TODAS MAJU: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO E
RACISMO NO JORNAL NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra de Fátima Batista de Deus

Orientadora

Ms - Eutalita Bezerra da Silva

Examinadora

Prof^a.Dr^a. Luciana Garcia de Mello

Examinadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado NEGRAS! SOMOS TODAS MAJU: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO E RACISMO NO JORNAL NACIONAL, de autoria de Marihá Gonçalves da Silva, estudante do curso de Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegrede.....de 20.....

Sandra de Fátima Batista de Deus

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por todas as bênçãos que tem feito em minha vida e por toda a Fé que tem depositado em mim.

Agradeço a minha família, em especial aos meus avós, Ruth e Ademir, pelo apoio incondicional e criação maravilhosa, com certeza sem vocês eu não teria chegado até aqui. Dedico este trabalho também ao meu companheiro de todas as lutas e conquistas, Felipe Ferrari, o qual sempre prestou seu apoio e incentivo.

Aos amigos que fiz durante a faculdade e que com certeza se tornaram mais do que colegas. Em especial, Carolina, Thaianny e Jadson, obrigada por toda força.

Um agradecimento muito especial à Prof^ª. Sandra de Deus. Sou muito grata pela orientação, dedicação e confiança, elas foram essenciais para a realização desta monografia.

Por fim, dedico este trabalho à todas as mulheres/meninas negras que, assim como eu, batalham duas vezes mais para alcançar seus objetivos, mas que nunca perdem a força.

Algumas coisas sempre parecem impossíveis até que sejam realizadas.

Nelson Mandela

RESUMO

Estudo que tem por objetivo analisar a representação da mulher negra na televisão brasileira e entender como se dá a sua presença nesse meio de comunicação. Para além disso, buscamos teorias sociais, embasamento jurídico e estudos da comunicação. O percurso metodológico inclui o estudo de caso do racismo enfrentado pela jornalista Maria Júlia Coutinho. Neste aspecto o trabalho pretende abordar ainda questões de representatividade da mulher negra em um espaço de poder que é a mídia brasileira. Procurando entender quem são os personagens que comandam as apresentações do principal telejornal na televisão aberta brasileira.

Dentre os autores Davis (1981/1989) e Carneiro (2009) para tratar de mulheres negras e representatividade, Hall (1990) sobre gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, Kellner (2001) para estudos de mídia, Jenkins (2011), Rezende (2000), entre outros autores para assuntos de redes sociais e telejornalismo.

A análise se baseia no caso de racismo e representação negra no Jornal Nacional, a partir do caso contra a jornalista Maria Júlia Coutinho. As concepções finais deste trabalho consideraram que a representação e o racismo na televisão andam juntos e que em raros momentos os casos são combatidos e punidos.

Palavras-chave: Maria Júlia Coutinho. Mulheres negras. Jornal Nacional. Representação. Racismo. Jornalismo. Telejornalismo.

ABSTRACT

The present study intends to analyse the representation of black women in Brazilian television and also understand how its representation takes place in this media. To pursue that, we had a search for social theories, legal basement and communication studies. The methodological course includes the case study about racism directed to the journalist Maria Júlia Coutinho. In this aspect, the study intends to approach matters of black women representativity inside a power space, like Brazilian media. Searching for the understanding of who are the characters that command the presentations of the main news report in open television in Brazil. Among the authors, Davis (1981/1989) and Carneiro (2009) to approach the matter of black woman and representativity, Hall (1990) about gender, sexuality, ethnics, race and nationality, Kellner (2001) for media studies, Jenkins (2011), Rezende (2000), among other authors for social media and telejournalism matters. The analysis takes place on the racism case faced by Maria Júlia Coutinho. The final insights on this study consider that in rare moments, the racism cases are punished.

Keywords: Maria Júlia Coutinho; Black Women; Jornal Nacional; Representation; Racism; Journalism; Telejournalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Equipe do Jornal Nacional se mobiliza em favor de Maria Júlia Coutinho	50
Figura 2 - Manifestações de racismo contra Maria Júlia Coutinho nas redes sociais	50
Figura 3 - Manifestações de racismo contra Maria Júlia Coutinho nas redes sociais	51
Figura 4 - Manifestações de racismo contra Maria Júlia Coutinho nas redes sociais	51
Figura 4 - Apoio de Willian Bonner em seu Instagram à jornalista Maria Júlia.....	58
Figura 5 - Apoio dos jornalistas apresentadores do Jornal Nacional e campanha para as redes sociais	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A MULHER NEGRA E O RACISMO: TRAJETÓRIA DE LUTAS	13
2.1. Racismo	13
2.2. Racismo contra a mulher negra	16
<i>2.2.1. O corpo negro</i>	<i>17</i>
2.3. Racismo e injúria racial	19
3. MULHERES, FEMINISMO E REPRESENTAÇÃO	24
3.1. Breve história das mulheres e do feminismo	24
3.2 O feminismo negro: "erguendo-nos enquanto subimos"	26
3.3. Representação da mulher negra	31
<i>3.3.1. Representação e beleza da mulher negra</i>	<i>32</i>
<i>3.3.2. Representação e a mulher negra na mídia</i>	<i>33</i>
4. CAMINHO JORNALÍSTICO E MUDIÁTICO	36
4.1. Telejornalismo e participação do público na construção do telejornal	36
<i>4.1.1: Telejornalismo da Rede Globo</i>	<i>39</i>
<i>4.1.2. Jornal Nacional</i>	<i>41</i>
<i>4.1.3. Quem ocupa os espaços de poder na mídia?</i>	<i>44</i>
5. O CASO DE RACISMO CONTRA A JORNALISTA MARIA JÚLIA COUTINHO	46
5. 1. Percurso metodológico	46
5.2. Quem é Maria Júlia Coutinho?	48
5.3. O caso	49
5.4. Afirmções negras: O que a jornalista usa para criar seu papel representativo...	52
5.5. Posicionamento do Jornal Nacional, da jornalista e do público	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1. INTRODUÇÃO

Na noite do dia 02 de julho de 2015, diversas vozes virtuais preconceituosas se alçaram para intimidar, entristecer e abalar a jornalista Maria Júlia Coutinho, em sua apresentação no quadro de meteorologia do Jornal Nacional, da Rede Globo. Alguns internautas acreditaram no seu direito de ofender a jornalista com insultos racistas. Entretanto, o caso ganhou as redes sociais e, desta vez, a ordem de uma sociedade acostumada a esconder seu racismo por debaixo do véu foi quebrada.

O telejornalismo global envolveu-se nessa história para “combater” esse crime. Sendo assim, neste trabalho pretendemos estudar a relação entre representatividade, racismo e reação do público frente ao fato. O trabalho também pretende mostrar a trajetória da jornalista e como ela criou uma identidade e credibilidade no programa.

A questão de racismo e representatividade andam juntas neste estudo. Se por um lado as jornalistas negras em formação acreditam ser capaz de ocuparem esses espaços, recorrentemente ocupados por mulheres brancas de padrões eurocêntricos, por outro lado há um racismo explícito que permeia a atuação de Maria Júlia.

Um dos objetivos desta pesquisa tinha como base constatar teórica e historicamente que há uma dicotomia entre as pessoas que ocupam os espaços de poder na mídia. Acabando por se tornar maioria nos postos e funções de menor prestígio social, dessa maneira, as mulheres negras raramente chegam a O topo da pirâmide social e profissional no Brasil é ocupada por brancos e ricos, enquanto a base é sustentada por pobres. Podemos citar então que o objeto central desta pesquisa se baseia na análise do caso de racismo e representação negra no Jornal Nacional, a partir do caso contra a jornalista Maria Júlia Coutinho.

Disseminador de ideias boas ou ruins, o telejornalismo da Rede Globo tem um dos maiores índices de audiência da televisão. Os meios de mídia, não dando visibilidade à verdadeira composição racial brasileira, acabam compactuando com a tendência de que negros precisam se identificar apenas com a cultura dos brancos, praticando uma “negação” da diversidade racial brasileira.

A voz é o elemento mais importante no radiojornalismo, por isso, em televisão, a imagem é um recurso essencial para o espectador. O repórter e o apresentador são profissionais importantes para a divulgação da notícia, sendo assim, as empresas jornalísticas exigem um estereótipo com "boa aparência". A beleza está associada ao peso, ao

envelhecimento e a cor, quem não está de acordo com estes padrões de beleza é automaticamente excluído desse convívio.

Mesmo que a jornalista negra tenha obtido sucesso nesta esfera, no entanto, não é suficiente para mudar a questão do preconceito que permanece naturalizado por meio do estrato social. Como se pode notar no objeto deste estudo, a presença do negro nos espaços de poder ainda gera revolta pelo grande público.

Várias razões podem justificar esta pesquisa, entre elas a invisibilidade da questão. Portanto, não se percebe a gravidade do problema em que a grande maioria das mulheres negras exercerem as profissões mais humildes ao invés de estarem presentes nos espaços de decisão ou formadores de opinião, como é o caso da mídia. Podemos perceber a invisibilidade do assunto também em outros momentos de discussão, quando muito se fala da diferença de salários e posições entre mulheres e homens brancos.

Foi para chamar a atenção para a questão de inclusão ou exclusão de uma jornalista negra no horário nobre da televisão que este trabalho foi desenvolvido. Foram consideradas também as diferenças entre as participações dos homens e mulheres brancos e dos homens e mulheres negros na formação do povo brasileiro. Este ponto é o fator fundamental da diferença, já que foram mais de 300 anos de escravização do negro no País. Outro fator importante levado em conta para o êxito deste estudo foi a trajetória das mulheres e de que formas essas conquistas foram assimiladas por brancas e negras.

Apesar de todas as adversidades, os negros e negras sempre encontraram espaços de resistência. Sentindo na pele o peso do preconceito, da discriminação e dos estereótipos negativos atribuídos a eles, os afrodescendentes foram construindo, ao longo da história, os caminhos que levaram o Brasil a reconhecer oficialmente a existência do racismo.

O período a ser analisado é o dia dos ataques e o dia posterior a eles. A metodologia a ser empregada é o estudo de caso conforme Gil (1995). A escolha se justifica pela compreensão de que o tema não deve ser apreciado de forma fixa, ou seja, apenas debruçando esforços sobre a produção formal do telejornal, mas com o objetivo de analisar o contexto social em que o caso está inserido, ou seja, o Brasil.

Para melhor compreensão, o presente estudo está dividido, junto com esta seção, em cinco capítulos. O segundo capítulo traça um breve histórico da trajetória de lutas das

mulheres negras e o racismo exercido sob elas, utilizando-se de autores como Chaves (2003), Giliian (1995) e Guimarães (1999), tratando-se de história, antropologia e estudos jurídicos sobre o tema. Desde a escravidão à tipificação do racismo como crime, o estudo buscará identificar elementos sociais que constroem o racismo coletivamente e influenciam nos fatos que serão componentes no estudo do caso.

O terceiro capítulo se trata de um estudo da mulheres brancas e negras e suas lutas para adquirir direitos, aprofundando-se na questão do feminismo negro e na sua representatividade na vida social e na mídia.

No quarto capítulo pretendemos estudar o telejornalismo global e a influência da mídia na sociedade, dando atenção também aos personagens que ocupam os espaços de poder. Por fim, o quinto capítulo aprofundará o estudo de caso, delineando desde a vida e formação de Maria Júlia até a criação de representatividade no Jornal Nacional. No que diz respeito ao percurso metodológico utilizado, será abordado no capítulo seis. Como já mencionado, o trabalho seguirá a linha proposta por Gil (1995) sobre o estudo de caso.

2. A MULHER NEGRA E O RACISMO: TRAJETÓRIA DE LUTAS

2.1. Racismo

É preciso entender o que é racismo e de que formas o preconceito contra os negros e negras se manifesta na sociedade brasileira, para analisarmos o ataque contra jornalista Maria Júlia Coutinho. Sendo assim, é preciso conceituar o termo com base na história. Desde a colonização portuguesa o racismo contra o povo afrodescendente se faz presente nas relações sociais. Com o passar do tempo, a significação e a materialização destas ações têm se modificado, conforme os diferentes momentos da história. Para Chaves (2003), o racismo é uma estrutura social, produtora da violência estrutural, produzida pelo Estado, instituições sociais e organizações da sociedade, agindo com opressão a pessoas, grupos, classes e nações.

Dessa forma, o racismo brasileiro manifesta-se de forma implícita nas relações sociais, visto que a ideologia do preconceito está enraizada na sociedade desde os primórdios. Após a abolição da escravatura, a ideia de que tudo que vem do negro é ruim perpassa a sociedade. As atitudes racistas se tornam naturais, a medida que recorrentes mecanismos de marginalização e destruição da cultura do negro fazem com que o próprio oprimido aceite práticas de preconceito como algo normal.

Tratando-se da temporalidade, Guimarães (1999) faz relações com ações preconceituosas e apresenta duas frentes. A primeira delas faz menção a separação de grupos étnicos nos espaços públicos e privados. Além desta, o uso de mecanismos psicológicos de inferiorização, através da pobreza, ofensas verbais baseadas na cor da pele, classe e inferioridade cultural dos afrodescendentes são usados para segregar os negros. Embora não seja reconhecido juridicamente, o racismo contra o negro está presente em discursos e práticas sociais, configurados na modalidade de violência estrutural. Para Chaves (2003), explorar o tema, baseia-se em três temáticas de conhecimento: o negro no período da escravidão; a inserção do negro e o processo de embranquecimento; e as formas simbólicas de expressão do racismo e a aprendizagem cultural.

Sobre a temática do negro no período da escravidão, Chaves (2003) utiliza diferentes pesquisadores da História, como Rodrigues (1982), Mattoso (1990) e Fonseca (2000). Entretanto, esses pesquisadores não mencionam a data em que os negros chegaram ao Brasil na condição de escravos. Todavia, relatam que na segunda metade do século XVI, aqui se encontravam negros sendo vendidos como mercadoria, coisificados, vistos como objeto de troca.

Quando Portugal ocupou as terras brasileiras, segundo Chaves (2003), trouxe também o racismo, inicialmente definido por noções de sangue puro e impuro, cristão e cristãos novos. Essas distinções concediam privilégios a alguns e opressão a outros grupos sociais e étnicos, favorecendo a nobreza portuguesa que desembarcava no Brasil. Os negros, vindos da África como escravos, e índios ficaram na condição de cristãos novos. Convertidos ao catolicismo e catequizados, os índios e negros, eram submetidos a um processo de domesticação e dominação dos senhores por meio de crenças religiosas que glorificavam a submissão.

Outras discriminações foram dirigidas ao negro escravizado: a destituição de todos os seus direitos, como, por exemplo, a retirada de sua identidade cultural através das proibições de cultos religiosos (Menezes, 1997); a proibição de convívio com familiares (Schwercz, 1993), pois eram dispersos quando aqui chegavam; a imposição de um novo estilo de vida; a imposição da condição de objeto de trabalho, de deveres e de sevícias. Tudo isso conferia a seu dono o poder de subjugá-lo (CHAVES, 2003, p.12).

Citando Florestan Fernandes, Chaves (2003) declara que desta segregação feita pelo processo colonizador decorreu a concepção do negro como ser inferior, com potencial de desenvolvimento restrito, que viria a ser legitimada cientificamente.

No período em que a Lei Áurea foi instaurada, em torno do final do século XIX, Chaves (2003), traça um panorama do alto percentual de analfabetos no Brasil. O número de graduados nesse período no Brasil ou no exterior não excedia 2% da população. Era um grupo formado por brancos ou pelos mestiços com fenótipo branco dominante, egressos da elite dominante, constituída por fazendeiros de café, senhores de engenho e comerciantes, ocupantes de altos cargos na vida em sociedade.

Conforme Menezes (1997) aponta em seus estudos, durante o pré-abolicionismo o negro africano e os afrodescendentes, em condição de inferioridade, foram impedidos do direito de votar, visto que era preciso saber ler e escrever. O processo de embranquecimento da população negra se dá quando a sua própria cultura é vetada.

Ao final do século XIX surgiram as teorias científicas raciais, vindas da Europa e introduzidas no Brasil por membros da academia, a fim de justificar a opressão do colonialismo europeu aos povos subjugados. O Darwinismo Social é uma das teorias lembradas por Chaves (2003) em seu estudo, ela dizia que:

Em 1871, DARWIN, apesar de defender o monogenismo, organizou construções teóricas que legitimaram cientificamente as concepções de superioridade cultural e racial, classificando tanto as culturas como as intituladas raças humanas em superior e inferior. Também argumentou que ao se comparar as raças, observavam-se diferenças qualitativas na constituição, na suscetibilidade a determinadas enfermidades, na capacidade mental e no plano emocional. Para aquele pesquisador, os europeus situavam-se no topo do sistema classificatório (CHAVES, 2003, p.13).

Com a promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, em meio a discussões sobre a abolição da escravatura no Brasil, abriu-se o processo de destruição do trabalho escravo, gerando debates sobre a absorção de mão de obra imigrante. Nesse contexto, os acadêmicos passaram a ver na imigração um caminho para a criação de teses sobre a eliminação das etnias africanas por meio do embranquecimento da população.

Conforme Nogueira (1981) Romero, em 1874, tomando como base a concepção darwinista social de superioridade da denominada raça branca e inferioridade da denominada negra e da indígena, muito antes do abolicionismo, já execrava o país e o povo brasileiro, qualificando o primeiro como uma nação desprovida de cultura e o povo como medíocre, com a aparência desfigurada e baixo desenvolvimento moral, ressaltando como benesse da eliminação do tráfico de escravos a interrupção da penetração do sangue africano no Brasil. (CHAVES, 2003, p.)

A imigração era a possibilidade de eliminação do grande contingente de negros e afrodescendentes que compunham a população brasileira. Desta forma, consolidou-se o racismo científico brasileiro que, conforme Chaves (2003) pontua, considera os negros inferiores e intercede pela miscigenação. Entretanto, o lugar social ocupado pelo negro e o preconceito já instalado não produziram a eliminação do africano. O embranquecimento se apoiou na branquitude: a valorização e imposição de padrões culturais vindos da cultura branca.

A pesquisadora busca nos estudos de Figueiredo (2002), realizados nos anos 70, do século XX, referências sobre a ascensão do negro à classe média em Salvador. Para ser aceito no mundo dos brancos, o negro precisou incorporar valores e padrões de conduta eurocêntrica. Para isso acontecer precisaram abdicar da sua própria cultura. Figueiredo (2002)

afirma que, embora mudanças tenham ocorrido no contexto brasileiro na segunda metade do século XX, como a industrialização, a massificação do ensino público e a democratização da possibilidade de ascensão social a um maior número de negros, a cultura negra ainda é identificada pela música, religião, dança e culinária, enquanto a cultura branca é marcada pela informação, política e tecnologia. A pesquisadora conclui que "parece impossível não vivenciar cotidianamente os aspectos da cultura branca; ou melhor embranquecer é aparentemente inevitável" (FIGUEIREDO, 2002, p.104).

Ao fim, Chaves (2003) aborda a questão das formas simbólicas de expressão do racismo e a aprendizagem cultural. A pesquisadora relata que a aprendizagem de condutas racistas surge do processo histórico de desvalorização do negro africano e de sua cultura, fortalecida pela difusão de crenças, estereótipos e discriminações que produzem segregação entre os grupos humanos, em diversos espaços do cotidiano. Ao longo do estudo, Chaves (2003) analisa a invisibilidade do fenômeno, até mesmo sua negação. Ressalta que todo brasileiro é mestiço, não se pode esquecer que no Brasil, a discriminação racial contra os afrodescendentes é cromática e não de origem; que a difusão do mito de igualdade racial propicia a recusa do brasileiro em admitir que tem preconceito dificulta a abordagem à questão nos diferentes contextos enquanto sua presença torna-se flagrante no relato de pesquisadores.

2.2. Racismo contra a mulher negra

O objeto de pesquisa se baseia no racismo, calcado na discriminação sofrida pelas mulheres negras. Sendo assim, este tópico estuda aspectos da antropologia, com referência nos estudos de Angela Gilliam e Onikk'a Gilliam, publicados em 1995, no periódico Estudos Feministas, da Universidade Federal da Santa Catarina. A pesquisa consiste em ideias de miscigenação e imagem da mulher negra desde o Brasil colônia até os tempos modernos, baseados na história e nas ciências sociais.

Desde o Brasil colônia, a miscigenação é alvo central na narrativa de construção social. Conforme Gilliam (1995) refere, desde as uniões conjugais, o homem vinha de classe e raça dominante, enquanto a mulher tem um corpo que codifica como membro de um grupo subalterno. Utilizando a terminologia do antropólogo Marvin Harris, Gilliam (1995) conceitua a hipodescendência para falar de miscigenação. A concepção humana de uma união inter-

ética/racial pertence a raça/etnia considerada biológica ou socialmente inferior. No Brasil, considera-se o negro como socialmente inferior, como algo negativo a ser superado.

Para que isso aconteça, Gilliam (1995) também utiliza o termo "regra duma gota só", o que quer dizer que apenas uma gota de sangue africano contaminava a herança toda, embora essa regra originalmente se destinasse a proteger os brancos desta, dita, poluição biológica no século XX. Percebemos a segregação das mulheres negras desde os primórdios da vida em sociedade no Brasil, até mais à frente da história. Gilliam (1995) aponta estudos norte-americanos para falar sobre toda a história das mulheres negras marcada por estereótipos, como "Mãe preta" e "Jezebel/Jezabel".

Uma marcada pela imagem de ex-escrava ou empregada doméstica que serve a família branca. Gordas, supersticiosas, cozinheiras, amas-de-leite e babás das crianças da família. Quando os europeus entraram em contato com as mulheres africanas, atribuíram sua semi nudez à promiscuidade, hipersexualizando essas mulheres. Sua imagem é vinculada a personagens rebolantes e luxuriosas, seres irresistíveis e insaciáveis que enlouquecem todos os homens ao seu redor. O grande impacto desse estereótipo foi o de que ele foi responsável por justificar o estupro e abuso sexual das mulheres negras, visto que elas eram promíscuas.

Duas mulheres diferentes, mas com o mesmo peso social, nocivas e impróprias para casamento. Como pontua a pesquisadora Gilliam: "para milhões de mulheres no Brasil, as vidas incorporarão mais de uma representação na trajetória dos anos desde serem mulatas sexualizadas e assim objetivadas na juventude a nutridoras zeladoras e negras desfeminizadas quando tiverem mais idade" (GILLIAM, 1995, p.530).

A objetificação sexual das mulheres negras cria indivíduos destinados a serem cozinhados e depois consumidos em vez de tratados como cidadãos. Gilliam (1995) pontua que a imagem da mulher negra no contexto escravocrata era vista como um objeto de desejo e que não serviria para ser senhora do lar, esse lugar ficava guardado as brancas europeias. A condição de negra e escrava mancharia a família e suas próximas gerações com sangue negro e africano.

2.2.1. O corpo negro

A distância entre duas camadas sociais, negros e brancos, é apontada, entre outras coisas, principalmente pela cor. Segundo Gilliam (1995), a cor carrega um estigma racial e posteriormente é vista como símbolo de um status social inferior. Este elemento, além de

apontar uma desigualdade social, passa a indicar a supremacia das pessoas brancas e a inferioridade moral, mental e social dos negros. Desta forma, as representações e estereótipos que se associam a cor e às diferenças raciais carregam em si preconceitos e discriminações. Desta forma, estas representações são percebidas em diversas esferas da cultura e da vida social, identificando o negro como subalterno.

Florestan Fernandes (1959) acrescenta ainda que a cor serviu como fonte de justificação e de legitimação de uma conduta utilizada pelos senhores colonizadores, sendo assim, não foi por acaso que este aspecto foi selecionado cultural e socialmente como marca racial.

Tratando-se de corpo negro, e neste aspecto sobre cor, há um elemento que se aprende desde a infância no Brasil que diz respeito ao tabu de falar a palavra negro ou negra. Por isso, chama-se pessoas de cor preta na sociedade brasileira de “mulato”, “moreno”, “escurinho”, entre outros. Esta seria uma forma de retirar do negro o elemento negativo e ofensivo que a cor representaria.

De todas as características físicas, é o cabelo que marca a raça e o que mais significa para a mulher. Conforme Gilliam (1995), os conceitos de cabelo bom e cabelo ruim estão localizados no mesmo contexto de significação cultural para todas as antigas economias de plantação colonial. Por um lado, cabelo bom é concebido como liso e cabelo ruim é o crespo. O cabelo é a marca principal da luta de raça para milhões de mulheres.

A cultura do embranquecimento causa confusão em diversas mulheres negras. A anulação da sua cultura, do seu corpo e do seu cabelo pode resultar na anulação da sua consciência negra. Para muitas delas, ser branca e, de preferência loira, significa ser melhor, porque a cor branca na sociedade preconceituosa representa fatores socialmente aceitos. Por outro lado, a mulher negra é constantemente representada como gorda, sensual e erotizada. A pesquisadora Gilliam (1995) refere que as definições do feio nas culturas ocidentais têm sido historicamente ligadas a conceitos de raça, especialmente no que se diz respeito aos povos africanos.

Em decorrência de toda essa erotização do corpo negro, Gilliam (1995) pontua em seu estudo que para muitas mulheres negras várias partes do seu corpo representam uma jaula de prisão, em que a imagem na sociedade as constrange. Muito disso está envolvido com o que a sociedade diz sobre seus cabelos, que concretizam em particular a alienação estética do próprio corpo. De forma imposta, hoje em dia os produtos químicos substituíram o pente

quente de ferro, que antigamente era utilizado para esticar o cabelo. Mais uma vez, o embranquecimento social faz com que as mulheres negras gastem ainda mais tempo que antes negando a identidade racial.

A imagem da mulher negra e o preconceito exercido sobre ela e seu corpo percorrem o tempo. A pesquisadora Gilliam (1995), relembra a canção de carnaval

"Nega do cabelo duro" / "Nega do cabelo duro" / Qual é o pente que te penteia / Qual é o pente que te penteia / Qual é o pente que te penteia / Teu cabelo ondulado / Não desmancha nem na areia / Toma banho e bota fogo / Qual é o pente que te penteia" (DAVID NASSER, 1942).

A música remete ao pente quente para esticar o cabelo. Esse processo de usar pente quente tem sido uma prática das mulheres negras. A letra da canção manifesta a marginalização da mulher negra e o fato desse ser um dos sambas mais populares e duradouros consolida a distância social e afirma o preconceito existente. A pesquisadora e filósofa Gilliam (1995) problematiza a questão citando que os padrões estéticos e femininos cabem à mulher branca. Sendo assim, as mulheres negras ficam em uma situação socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente. Desta forma, todo o contexto de segregação e preconceito contra a mulher negra são prejudiciais para sua autoestima e seu psicológico. A autoestima é formada por uma construção social, da qual cada sujeito vai moldando suas relações com os outros, valorizando sua origem racial e formando a sua autoestima. Com o processo de embranquecimento, esses passos ficam extremamente abalados e distorcidos pela comunidade feminina negra.

2.3. Racismo e injúria racial

Neste tópico iremos estudar os crimes de racismo e injúria racial, como o ocorrido com a jornalista Maria Júlia Coutinho, uma vez que, em julho de 2015, diversos grupos de pessoas dispararam ofensas racistas à jornalista.

Conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), embora impliquem possibilidade de responsabilidade penal, os conceitos jurídicos de racismo e injúria racial são diferentes. O primeiro está contido no Código Penal brasileiro e o segundo previsto na Lei n. 7.716/1989. Enquanto a injúria racial significa ofender a honra de alguém utilizando elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, o crime de racismo atinge uma coletividade

indeterminada de indivíduos, discriminando a totalidade de uma raça. Diferentemente da injúria racial, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

A injúria racial está prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, que estabelece a pena de reclusão de um a três anos, além de multa. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), injuriar seria ofender a dignidade ou o decoro utilizando elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Geralmente, o crime de injúria está associado ao uso de palavras depreciativas referentes à raça ou cor com a intenção de ofender a vítima.

Já o crime de racismo, previsto na Lei n. 7.716/1989, implica conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade e, geralmente, refere-se a crimes mais amplos. Como no caso da jornalista e em outros, cabe ao Ministério Público a legitimidade para processar o ofensor. A lei cabe a uma série de situações como crime de racismo. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cita algumas situações em que o crime se enquadra, são elas: recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou às escadas de acesso, negar ou obstar emprego em empresa privada, entre outros. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cita ainda a prática de induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, como o mais recorrente.

Primeiramente, com o objetivo de investigar o insulto racial, como forma de construção de uma identidade social estigmatizada, o professor do Departamento de Sociologia da USP Antônio Sérgio Alfredo Guimarães publicou em 1999 o estudo chamado “O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação”. A pesquisa baseia-se no levantamento de queixas registradas na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, entre os anos de 1997 e 1998. Para o autor, o insulto racial tem a função de institucionalizar um inferior racial, sendo capaz não só de simbolicamente dirigir a pessoa discriminada a seu lugar inferior historicamente constituído, como também de restringir esse lugar. Sendo assim, a pesquisa de Guimarães irá ajudar a entender o caso de discriminação com a jornalista.

De acordo com Guimarães (1999), em 82% dos casos, ou seja, 74 das 90 queixas prestadas na delegacia durante esse período, as vítimas registraram também os insultos verbais recebidos, visto que 76% das queixas registradas foram de ataques à honra pessoal. No entanto, na maioria das queixas, os insultos são relativos à discriminação nas esferas do trabalho, da vizinhança e do consumo. Fato que reforça a ideia do autor de que as injúrias são

usadas cotidianamente na sociedade brasileira. No âmbito das relações de consumo de bens e serviços, o número de queixas sem registro de insulto é significativo, 10 em 21 casos. Nos demais âmbitos da vida social, as queixas com insulto são sempre maiores que 80%.

Para o autor, a função ou a intenção do insulto pode variar, mas estão ligadas a uma função de relação de poder. Flynn (apud Guimarães, 1999) lista algumas dessas funções: a) legitimação e reprodução de uma ordem moral; b) legitimação de uma hierarquia entre grupos sociais; c) legitimação de uma hierarquia no interior de um grupo; e d) socialização de indivíduos em um grupo. Guimarães (1999) afirma que os insultos raciais servem como mecanismo de humilhação. A função primordial é justamente demarcar o distanciamento do agressor ao insultado, colocando-o na condição de pobreza, de sujeira e da animalidade. Como abordamos anteriormente, a posição social e racial do insultado já está estabelecida historicamente, o próprio termo que os designa como grupo racial (preto ou negro) já é em si mesmo um termo pejorativo, podendo ser usado sinteticamente, sem estar acompanhado de adjetivos ou qualificativos. Deste modo, o autor explica que "negro ou preto" passam a ser uma síntese verbal ou acromática para toda uma variedade de estigmas referentes a uma formação racial identitária. Além disso, a própria cor assume função simbólica de estigmas, com sinônimos empregados a ela, como os listados na pesquisa e em dicionários: sujo, encardido, lúgubre, funesto, maldito, entre outros.

Quando se trata de insulto racial, a animalidade é atribuída principalmente através de termos como macaco e urubu, usados para ambos os sexos. No primeiro caso, o animal é considerado pela zoologia selvagem e o mais próximo do ser humano, sendo objeto de distanciamento. No segundo, trata-se de um abutre que tem por hábito devorar cadáveres de outros animais, inclusive humanos.

Tratando-se de mulheres negras, o insulto racial é duplicado pelo sexual, que iguala mulheres a animais para atribuir-lhes perversidade moral, usando termos como vaca, galinha, "barata" ou "cadela" para ofender sexualmente e atribuir sujeira. A condição de quase humanidade pode ser referida também por qualidades intelectuais negativas, como burro, imbecil e idiota.

Guimarães (1999) destaca que no Brasil há um senso comum de que o insulto racial ocorre apenas em situações de conflito. Entretanto, o contrário é comprovado diariamente e o insulto racial pode ocorrer durante um conflito ou não. Casos de injúria racial também podem ocorrer de forma mascarada entre pessoas muito próximas, sem um sentido de conflito, mas como forma de brincadeira. Em determinados casos, o insultante se coloca no lugar de amigo

da vítima ao utilizar a ofensa como um convite à brincadeira, ficando a cargo do insultado definir se aceita o outro como igual e trata o incidente como uma troca de insultos ou se aproveita da situação para delimitar uma distância entre os dois.

Tratando-se agora do crime de racismo, recorreremos às pesquisas da docente da Universidade de São Paulo, Gislene Aparecida dos Santos. Em seu trabalho, publicado em 2015, intitulado "Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação", ela analisa como casos de racismo, que compõem uma amostra de processos jurídicos, ocorridos na cidade de São Paulo entre 2003 e 2011, foram percebidos pelo judiciário e pelas vítimas. A docente avaliou os achados da pesquisa como peças de um discurso sobre a brasilidade construída, pelo lado do judiciário, por meio da desclassificação dos atos de racismos de modo que não sejam configurados como crimes e, pelo lado das vítimas, em torno do desejo de resolverem esse conflito sem o recurso a medidas punitivas. Ambas as ações desqualificam a ação da lei antirracismo. Esse discurso ratifica a regulação das relações raciais de modo a manter a crença na suposta harmonia da sociedade brasileira.

Conforme Santos (2015), as maiorias das ofensas que resultaram em inquéritos policiais ocorreram entre pessoas que se conheciam ou eram vizinhas, sendo 34%. As ofensas contra pessoas que estavam em relação comercial ou de prestação de serviços ficaram em 26%. Contudo, os processos eram, em grande parte, referentes a relações comerciais. Eram 38%, seguidos por casos que ocorreram nas vias públicas, sendo 36%. A pesquisadora notou que muitos dos casos analisados constaram como injúria e não como racismo. Entre os inquéritos, 73% foram tipificados como injúria contra 15% como racismo. A pesquisadora verificou que muitos dos casos com conteúdo racial envolviam brigas entre vizinhos e eram tipificados como injúria

Mesmo identificando o racismo e a discriminação que sofreram e fazendo menção ao fato de essa experiência implicar uma violação de direitos, os entrevistados, majoritariamente, não acreditam que a prisão fosse uma solução para esse tipo de crime. Tópicos como multas ou indenizações, trabalho comunitário, conscientizações, "dar uma lição", tiveram um número bem maior de menções do que o fato de acreditarem que a prisão fosse uma saída para punir seus agressores. Em alguns casos, essas "soluções" foram mencionadas juntamente com a ênfase de que não consideravam a prisão como solução para o problema.

Santos (2015), afirma o fato de que comentários racistas e sexistas são um sério problema social, mas também haveria um consenso sobre não recorrer à lei para impedir esse tipo de fala. As vítimas entrevistadas pela pesquisadora tampouco desejam que haja castigo

nos termos da lei, optando por soluções mais educativas, formativas, por meio do trabalho, da conscientização e que atuem no caráter do agressor por meio da educação. Para a autora, em alguns países, no que diz respeito à discriminação racial, as leis positivadas não conseguem superar as leis baseadas nos costumes. Mesmo que não sejam escritas, têm força para determinar comportamentos e condutas. Enquanto no judiciário há dificuldades para reconhecer o racismo, na esfera das leis não escritas a regulação das relações raciais para manterem as hierarquias entre brancos e negros opera com eficiência máxima. As convenções sociais estabelecem comportamentos, ações, reações, sanções de um modo muito mais sutil e eficaz do que a lei positivada o pode fazer.

3. MULHERES, FEMINISMO E REPRESENTAÇÃO

3.1. Breve história das mulheres e do feminismo

Pretendemos agora retomar a história da mulher, compreendendo o final do século XIX, século XX e século XXI. A partir de uma bibliografia essencialmente feminista, historicizaremos a situação da mulher ao longo dos séculos referidos. Posteriormente, mas não menos importante, apresentarei a mulher negra e o feminismo negro.

No contexto das ideias iluministas, da Revolução Francesa e Americana surge o feminismo enquanto movimento social. As primeiras bandeiras de luta do movimento eram por direitos sociais e políticos, que mobilizou milhares de mulheres pela Europa, Estados Unidos e América Latina. Segundo Alves (1980), em meados do século XIX, o movimento sufragista garantiu às mulheres britânicas e europeias o direito de votar em eleições políticas: o sufrágio. Entretanto, a Nova Zelândia reconheceu o voto feminino antes de todos os países, em 1893, e a Finlândia, em 1906. Na Grã-Bretanha, o movimento das mulheres conquistou o direito ao voto após a primeira Guerra Mundial.

Pode-se afirmar que, no início, o feminismo era um movimento elitista, pois, as iniciativas partiam de mulheres ilustres, muitas delas com estudos, conhecimento e dinheiro. Desta forma, primeiramente as mais privilegiadas buscavam pelos direitos daquelas, e de todas, que viviam em condições de subalternidade. Inicialmente, a mulher do povo não participava de tais manifestações, por não se identificar e não entender, que eram fruto das grandes mudanças políticas da era industrial, as novas organizações de trabalho.

A primeira onda do feminismo teve suas primeiras conquistas com o direito eleitoral, o que compreende em votar e ser eleita. Após, as reivindicações eram: direito à educação, possibilidade de entrar no ensino superior (não apenas no magistério, profissão aceita e destinada às mulheres), e o direito econômico, o que garantiria à mulher o trabalho fora de

casa e com remuneração. No Brasil, de acordo com Pinsky (2013), os "Anos Dourados" da década de 1950 reproduziram o estereótipo de "boa moça", "a moça de família", aquela que se comporta bem, com gestos contidos e "boas maneiras".

Já em 1960, inicia-se a segunda onda do feminismo. O novo comportamento da mulher nesta fase contempla o surgimento de um método seguro de contracepção: a pílula anticoncepcional. Este fato gera um empoderamento do corpo e da sexualidade da mulher, a partir disso ela pode escolher quando e quantos filhos quer ter. Sendo assim, segundo Pedro (2013), a mulher passou a ter o seu futuro familiar em suas mãos. O momento ressignificou também o sexo.

Os anos 60 também ficaram marcados pelo movimento hippie, a defesa do amor livre, o uso de drogas, dentre outras bandeiras que faziam com que o jovem daquele período fosse muito mais contestador do que o das décadas anteriores. De acordo com a história, a década de 60 também ficou marcada pela ditadura militar e pela repressão política. Sendo assim, a segunda onda do feminismo no Brasil foi fundamental para a redefinição de sexualidade e liberdade para a mulher.

O feminismo ganhou destaque no país com a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Surgiram, sob a liderança das mulheres, movimentos populares e democráticos como o de combate à carestia e a luta pela anistia, além dos jornais feministas Brasil Mulher, Nós mulheres e Mulherio. O poder de mobilização das mulheres no período de discussão que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi forte o suficiente para apontar ganhos importantíssimos da sociedade brasileira, como a criminalização da violência doméstica, no mesmo período o racismo também se tornou crime. Além disso, as mulheres tiveram reconhecidos legalmente seus direitos individuais, familiares e sociais.

Pinsky (2013) atenta para o acesso das mulheres a empregos com remuneração mais qualificada, dando a elas a independência financeira e liberdade sobre suas escolhas. Desta forma, obrigações sociais como o casamento e a virgindade pré-nupcial perdem força e representam a chegada de um novo momento social para as mulheres. Fazer a mulher "dona do seu próprio corpo" e com direito ao prazer foram as bandeiras levantadas pelo movimento feminista em 1970. Em 1990 se consolida a imagem da mulher trabalhadora, guerreira e bem-sucedida, mas que não abandona os deveres de mãe.

Mesmo com carreiras bem-sucedidas e com a mesma carga horária que os homens, as mulheres continuam com a maior parte das obrigações do trabalho doméstico e com salários

inferiores. O feminismo é responsável pela ressignificação da mulher na sociedade e pelas constantes evoluções que possibilitaram a diferença entre gêneros. Em princípio, o feminismo era totalmente direcionado e liderado por mulheres brancas, heterossexuais e de classes mais altas. Entretanto, aquelas advindas de classes mais baixas, negras e lésbicas não tinham suas demandas representadas.

De acordo com Hall (1990), gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, anteriormente forneciam sólidos referenciais para o sujeito, hoje estão fragmentando-se, proporcionando um deslocamento do sujeito. Tendo como objetivo inicial falar do feminismo e suas representações e como objetivo central falar do feminismo negro, utilizaremos esses estudos para dialogar sobre a representação da mulher negra da televisão brasileira.

3.2 O feminismo negro: "erguendo-nos enquanto subimos"

Ao realizar uma breve análise sobre a trajetória da mulher negra, pode-se notar que esta sempre foi vítima de preconceito e racismo. Entretanto, os gritos por liberdade ecoados pelas mulheres negras abriu portas para que fosse introduzido o reposicionamento de concepções e posturas políticas que colaboraram para o movimento feminista como um todo.

As evidências percebidas com a pesquisa feita para este trabalho revelam que as desigualdades entre brancos e negros contribuem para a submissão da mulher, que, por sua vez, se torna a base para discriminação, sendo frutos de preconceitos antagônicos e de violência que perduram desde a antiguidade até os dias atuais. No entanto, a situação destas mulheres é muito mais complexa, pois está duplamente estigmatizada: pela sua condição de gênero e pela questão racial. Sendo assim, a inserção de negras no mundo social e do trabalho é muito mais difícil, pois, ultrapassa os limites de classes pré-estabelecidos. O processo de socialização do movimento da mulher negra necessita de estratégias de sobrevivência diante do racismo presente nos espaços sociais como: escola, trabalho e lazer.

Para falar sobre o feminismo negro, recorreremos aos estudos de Angela Davis. Em seu livro "Mulheres, cultura e poder", ela pontua que em 1895, nos Estados Unidos, cem mulheres negras se reuniram para discutir a criação de uma organização nacional de agremiações de mulheres negras. A função primordial desse grupo era a defesa ideológica e militante das mulheres negras contra os danos causados pelo racismo.

Já no ano seguinte, em 1896, foi anunciada a criação da "Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor". O lema escolhido pela associação foi "Erguendo-nos enquanto subimos". O movimento das mulheres negras no século XIX também enfrentava o preconceito de classe. As sufragistas se perguntavam por que seus apelos às mulheres da classe trabalhadora na questão do voto eram frequentemente recebidos com indiferença.

"Por mais essencial que a igualdade política fosse para a campanha mais ampla pelos direitos das mulheres, aos olhos das trabalhadoras afro-americanas isso não era sinônimo de emancipação. O fato de que as estratégias de luta se baseavam conceitualmente na condição específica das mulheres brancas e privilegiadas colocava tais estratégias em desacordo com as percepções de empoderamento das mulheres da classe trabalhadora." (DAVIS, 2017, p.16)

A preocupação das afro-americanas era muito maior com a sua situação econômica do que conquistar o direito ao voto. Mais à frente, essa luta foi reformulada para englobar a todas as mulheres e dar continuidade ao movimento, lutando por melhores condições de trabalho e salário.

Após um quarto de século de "liberdade", as mulheres negras ainda trabalhavam no campo. Elas trabalhavam lavando roupas em casa para diversas famílias brancas. Aquelas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. Davis (2017) considera que, na época de escravidão, as mulheres negras norte-americanas trabalhavam em usinas de algodão, refinarias de açúcar e até mesmo nas minas, não haviam conseguido um progresso significativo.

Neste período, a pesquisadora refere que as mulheres brancas não entenderam a relação entre o movimento de bem-estar social e a batalha mais ampla pela emancipação de todas as mulheres na luta por direitos.

“Sem dúvida, as mulheres brancas deveriam se sentir compelidas a prestar seu apoio às nossas lutas, mas se elas não entenderem como suas causas se beneficiam substancialmente das vitórias das mulheres de minorias étnicas, elas podem cair de modo inadvertido nas armadilhas ideológicas do racismo, mesmo que tentem honestamente contestar as instituições racistas. As mulheres brancas que trabalham com a ilusão de que apenas com a sua ajuda as ‘pobres irmãs negras’ poderão sair da situação de privação – como se precisássemos de uma Grande Irmã Branca Salvadora – são presas das atitudes racistas vigentes, e seu ativismo pode se mostrar mais prejudicial do que benéfico à nossa causa. As ativistas brancas do movimento de mulheres vítimas de violência devem estar especialmente atentas às implicações racistas de suas atitudes, que elas podem não perceber, mas às quais as mulheres de minorias étnicas são altamente sensíveis.” (DAVIS, 2017, p.36)

O que pode se perceber é que no início dos movimentos das mulheres houveram muitas contradições quanto ao que se diz sobre o feminismo. Se no início do movimento as lutas eram difíceis para as irmãs brancas, para as negras a dificuldade era duas vezes maior. O

fato é que antes mesmo de ser um movimento unificado por lutas de comum acordo, o movimento das mulheres enfrentava o racismo, sendo assim, por mais unidas que elas fossem, ainda assim não contemplavam as idéias de batalhas das mulheres negras. A filósofa cita uma pirâmide para exemplificar como se dividem as questões de lutas no movimento feminino. Sendo assim, ela pontua que as brancas situam-se no alto, primeiro, as mulheres da burguesia, seguida pela classe média, a classe trabalhadora e por fim, estão localizadas as mulheres negras que em sua grande maioria vem da classe trabalhadora. Desta forma, as vitórias obtidas pelas mulheres no topo da pirâmide possuem apenas benefícios à elas, entretanto, se aquelas que estão na base obtém algum avanço, é praticamente inevitável que toda a pirâmide suba junto.

O lema da associação afro-americana "Ergue-nos enquanto subimos", em outras palavras, quer dizer que devemos subir de modo a garantir que todas as mulheres, independente de classe social, subam conosco. De acordo com Davis (2017), essa abordagem reflete as aspirações e os interesses de milhões de mulheres negras que estão preocupadas com empregos, condições de trabalho, salários, violência racista, falta de moradia, com a África do Sul e com a Nicarágua. Essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral por direitos das mulheres que historicamente são submetidas à invisibilidade. Para Davis (2017), se as mulheres negras não têm assegurados seus direitos individuais, de propriedade, receber salários e de manter seus filhos, essa emancipação nada mais é do que outra forma, mascarada, de escravidão. A pesquisadora refere que a terceira onda do feminismo, em 1980, é acrescentada por grandiosas contribuições das mulheres afro-americanas.

Nesta época, um grande passo na resistência negra foi dado, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Essa entidade vem, desde então, dando enorme contribuição à luta contra o racismo no Brasil. Uma delas foi a mobilização para o resgate da memória do líder negro Zumbi dos Palmares, que resultou na celebração do dia de sua morte como Dia Nacional da Consciência Negra, hoje feriado em alguns estados e em dezenas de municípios.

Entretanto, mesmo com a reorganização do movimento após a ditadura militar, tanto feministas quanto grupos negros não consideravam as especificidades das mulheres negras, vítimas da dupla discriminação, racial e de gênero. Enquanto as feministas focavam suas ações visando atender às demandas das mulheres brancas, o movimento negro possuía

discursos que envolviam somente os problemas raciais, deixando de lado as questões de gênero, que também atingiam suas ativistas.

Embora tenham conseguido se reorganizar após a ditadura militar, tanto o movimento negro como o feminista não consideravam as especificidades das mulheres negras, vítimas da dupla discriminação, racial e de gênero. Enquanto as feministas focavam suas ações atendendo às demandas das mulheres brancas, o movimento negro, ao incluir em seus discursos somente os problemas raciais, deixava de lado as questões de gênero, que também atingiam suas ativistas.

Davis (2017) ressalta que, por décadas, as ativistas brancas têm reclamado de que as mulheres de minorias étnicas frequentemente não atendem aos seus apelos. Esse processo não pode ser apenas a intensificação dos esforços para atrair as mulheres negras. As preocupações das mulheres de minorias étnicas devem ser incluídas na pauta, entretanto, o racismo ainda divide os movimentos feministas. Em seu livro "Mulheres, raça e classe", com primeira edição em português em 2016, Angela Davis pontua que, no interior do movimento das mulheres, em seu início, pouco se discutia sobre a população branca trabalhadora, nem mesmo sobre as mulheres brancas trabalhadoras. Embora muitas apoiassem uma campanha abolicionista, elas não conseguiam integrar sua consciência antiescravagista à análise que faziam da opressão das mulheres.

Outro ponto importante apontado pela pesquisadora é o de que a pobreza só foi reconhecida como uma questão legítima entre as mulheres, até começar a afetar as mulheres brancas. Já as mulheres negras, segundo a autora, estavam familiarizadas com a realidade de privação econômica desde os tempos de escravidão. A autora pontua que a maternidade precoce se dá em virtude da pobreza dessas mulheres, pela falta de oportunidades, métodos seguros e efetivos de contracepção e educação sexual.

Proporcionalmente, as mulheres negras que sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa na vida destas mulheres reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Desta forma, enquanto as mulheres brancas eram vistas como mães protetoras, parceiras, donas do lar e amáveis para seus maridos, as negras eram praticamente, nas palavras de Davis (2016), "anomalias". Uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o "sexo frágil" ou "donas de casa".

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por

quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas. Muitas mulheres foram forçadas a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, lavadeiras, vendedoras ambulantes ou zeladoras. As condições de trabalho eram tão ruins, ou piores, do que as do período de escravidão. Um fato muito comum nesta época era a empregada negra viver na casa onde trabalhava por quase 14 horas por dia, tendo permissão para sair por apenas uma tarde a cada duas semanas para visitar a família.

Durante um longo período, as mulheres negras empregadas em função doméstica consideraram o abuso sexual cometido pelo homem da casa como um dos maiores riscos de sua profissão. Por diversas vezes foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesma e para sua família.

Sobre o feminismo negro no Brasil, recorremos aos estudos da pesquisadora Claudia Pons Cardoso, da Universidade do Estado da Bahia, ela remete ao pensamento de Lélia González, antropóloga e professora, falecida em 1994. A autora critica a invisibilidade de raça na maioria dos estudos feministas latino-americanos, com destaque para o Brasil, considerando a forte presença negra e indígena. Para ela, os princípios feministas devem envolver a luta contra o racismo e o sexismo.

"O movimento de mulheres negras brasileiro colocou raça em evidência, revelando o racismo e as desigualdades raciais como determinantes no processo de opressão, discriminação e exclusão da população negra, de modo geral, e, em especial, das mulheres negras, quando o racismo vem articulado com o sexismo. Esta atuação das mulheres negras obriga o movimento feminista branco e hegemônico a incluir raça em suas abordagens, mas, no entanto, a inclusão está longe de significar uma mudança epistêmica, pois raça continua sendo tratada tangencialmente." (CARDOSO apud GONZÁLEZ, 2014).

A pesquisadora ainda aponta que poucos são os estudos no Brasil que abordam gênero, raça/etnia e os efeitos sobre a vida das mulheres nas mais diferentes áreas, como saúde, mercado de trabalho, sexualidades, relações afetivas, entre outros. As mulheres negras militantes sempre discutiram seu cotidiano marcado pela discriminação racial e pelo sexismo dos homens brancos e negros e, principalmente, reconheciam o sexismo dos últimos, devido ao caráter mais acentuado do machismo negro. Estudos de gênero que encobrem a realidade das mulheres negras e das indígenas ainda são maioria, de acordo com o trecho:

"Apesar das poucas e honrosas exceções para entender a situação da mulher negra [...], poderíamos dizer que a dependência cultural é uma das características do movimento de mulheres em nosso país. As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até

mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados." (CARDOSO apud GONZÁLEZ, 2014).

Só entre 1980 e 1990, as brasileiras, sob a influência do feminismo anglo-saxão, iniciam uma crítica pelo fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe média/alta. Apontava-se, ainda, a necessidade de promover discussões mais amplas acerca de conceitos como classe social e raça. Nesse momento, mulheres negras questionaram a ausência da temática racial no movimento.

Cardoso (2014) lembra ainda que o 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bertioga, São Paulo, em 1985, foi fundamental para a mobilização do feminismo negro. Nesse evento, ativistas negras apresentaram suas demandas relativas à luta contra a violência doméstica, ao combate às práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995, foi igualmente um agente catalisador desse processo, sendo um cenário importante para a atuação das mulheres negras.

O movimento negro foi identificado como um espaço privilegiado de discussão e reivindicação sobre medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no Brasil. É importante salientar, entretanto, as divergências relativas a duas questões: a posição secundária ocupada pela mulher dentro do movimento negro – na maior parte dos casos, os cargos de chefia, coordenação e liderança eram designados aos homens – e a não inclusão do conceito de gênero nas discussões e nas ações promovidas pelo movimento negro.

3.3. Representação da mulher negra

Mais uma vez recorreremos à história para falar sobre o raça, cultura e classe. Desta vez, para dissertar sobre a representação da mulher negra. Neste contexto, falaremos inicialmente sobre a construção étnico-racial no Brasil, a escravidão e a exploração das mulheres negras. De acordo com Giacomini (1988), no Brasil, o termo étnico-racial denomina negros, pardos e pretos. Entretanto, a identidade negra não se baseia apenas neste raso conceito, é necessário refletir a construção do "eu" negro. Os negros advindos da África Subsaariana, em condições sub-humanas, para atender as demandas de trabalho nas Américas, fazem parte da estrutura do

processo escravista em que já havia uma naturalização e normatização da condição dos negros para colocação como escravos.

Entretanto, as mulheres negras escravizadas sofriam outras opressões além daquelas "comuns" aos negros. Elas eram exploradas dentro de uma sociedade patriarcal do escravismo brasileiro. Eram submetidas ao trabalho de empregadas, "mãe-pretas" e tratadas como "objeto sexual". Além desses papéis, a mulher negra e escrava era mantida para a conservação da economia escravista, aquela que geraria filhos escravos, fato indispensável para o funcionamento deste processo de escravidão.

Ainda nos estudos de Giacomini (1988), a construção e caracterização de mulheres negras, assim como a significação do "ser negro" fazem parte de processos históricos, sociais, políticos e culturais que necessitam investigação e reflexão sobre a sociedade brasileira. Diferente de outros países, em que a ancestralidade distingue "o negro" do "não negro", no Brasil o negro é diferenciado pelos traços fenotípicos, ou seja, por meio de traços físicos, textura do cabelo e cor da pele, fazem a diferença de ser ou não negro.

A construção e caracterização de homens negros e de mulheres negras, assim como identificação ou significação do "ser negro/a" fazem parte dos processos históricos, sociais, políticos e culturais que necessitam de investigação e reflexões sobre a sociedade brasileira do passado e, principalmente, do presente. Segundo Silva (2009, p.53), o racismo é gradativo, isto é, quanto mais "traços negros" possuir, em maior escala o racismo atinge essa população que se aproxima do fenótipo do negro.

Significados e representações dos atores sociais constroem a identidade negra e perpassam o racismo estrutural e simbólico como um processo histórico e com características encontradas nas relações raciais no Brasil. Conforme Silva & Rosemberg (2008), é o mito da democracia racial, baseado nas relações cordiais e amistosas entre brancos e negros sem desigualdades de oportunidades; que são, na maioria dos casos, analisados como apenas desigualdades econômicas, bens materiais.

Marcada pelo estigma do racismo, a identidade negra se constrói. Segundo Goffman (1988), a sociedade categoriza as pessoas e identifica atributos considerados naturais para essa categoria. Em uma sociedade que se considera branca e com valores eurocêntricos, o negro descendente de uma sociedade escravista é a personificação do estigma social.

3.3.1. Representação e beleza da mulher negra

Os padrões socialmente estabelecidos para o cabelo feminino, corpo, cor da pele e olhos, não são as características da mulher negra. Todas essas marcas biológicas vão aos poucos significando e identificando o indivíduo de tal forma, que ele próprio não se reconhece fora dessa imposição. Assim, mulheres negras alisam seus cabelos não como uma prática saudável de poder mudar a aparência vez ou outra, mas numa tentativa de negar qualquer possibilidade de representação social.

O corpo negro feminino carrega um estigma imposto pela sociedade que estabeleceu um padrão de beleza contrário, não considerando as diferenças étnicas em sua estrutura de representações. Embora haja avanços nas lutas das mulheres por muitos espaços sociais, para a mulher negra esses espaços ainda estão longe de serem alcançados em muitos aspectos, pois a mulher negra não enfrenta só o problema do gênero, mas o estigma da raça, da representação negativa que se tem da sua etnia.

De acordo com Louro (2001), toda a construção em torno da mulher também é perpassada pelos discursos sociais criados ao longo da história sobre o que deve ser a sua representação. Há um investimento no corpo como “locus” dessa representação. Assim, a mídia se constitui numa eficiente tecnologia de gênero que demarca os limites do feminino em geral, bem como os limites das diferenças.

3.3.2. Representação e a mulher negra na mídia

Como vimos anteriormente, mulheres, homens e crianças foram sequestrados de várias regiões da África e trazidas para o Brasil, a fim de servir o sistema comercial e exploratório perpetuado pela escravidão.

Tratando-se especialmente das mulheres negras que aqui chegaram, elas tiveram sua força de trabalho explorada, sua cultura desapropriada e sua sexualidade abusada. Desde muito cedo foram forçadas a trabalhar para garantir o conforto das mulheres brancas portuguesas, lavando, passando, cuidando dos filhos e cozinhando. Muito maior do que isso eram os abusos sofridos por essas mulheres, praticados pelos senhores do engenho. Quando engravidavam ainda serviam de ama de leite para os filhos das sinhás.

Com toda essa carga depositada às mulheres negras e escravizadas formou-se uma concepção social dessas mulheres. Dando um salto no tempo, chegamos até a era televisiva, publicitária e midiática.

As memórias do passado escravista vêm à tona em peças publicitárias, de cervejas, por exemplo, o que nos mostra que a condição atual da mulher negra não sofreu avanços positivos que sejam capazes de reverter o sentido representativo nos espaços públicos.

Diversos materiais midiáticos ferem o direito de reconhecimento da identidade negra para aceitação e construção da auto estima da mulher negra, que é tão destruída. O principal alvo dos materiais é o cabelo afro, pois os padrões de beleza socialmente construídos dizem que devemos ser brancas, de cabelos lisos e sedosos.

Conforme pontua Sueli Carneiro, na conferência intitulada "Mídia, liberdade de expressão e diversidades", em 2009, os estereótipos possuem um peso determinante na representação das diferenças nas mídias nacionais. Para Hall (1995), o estereótipo é o elemento chave no exercício da violência simbólica. Ele é usado de maneira rasa e superficial para demonstrar o padrão visto pela sociedade média. Neste caso, também é usado para reiterar a condição de subordinação que é cronicamente atribuída a mulher negra.

A mídia tem papel de forte influência neste aspecto. Entretanto, ao fazer as traduções, abusa dos estereótipos e mancha a identidade negra. Podemos perceber isso na Rede Globo, que usa dos seus programas de humor para reforçar o estereótipo negativo construído acerca da mulher negra no Brasil.

Carneiro (2009) ainda lança o termo "antimusas" da televisão brasileira. As mulheres negras padecem de absoluta invisibilidade, por isso a condição de "antimusas" da sociedade brasileira. Quando as mulheres negras obtêm a visibilidade é para acentuar a inadequação delas para o exercício do poder. Na maioria das vezes, os estigmas e estereótipos se prestam para reiterar uma condição de subordinação.

O personagem de Rodrigo Sant'anna, chamada Adelaide, é uma mulher negra, descabelada, sem dentes, suja e mal instruída. No mesmo sentido, a emissora mostra em suas novelas a mulher negra sempre em "segundo lugar". Sendo assim, algo fora do comum acontece quando Taís Araújo foi escolhida para ser a "Helena", de "Viver a Vida", novela de Manoel Carlos. Mesmo sendo a atriz principal da trama, a personagem ainda precisa ajoelhar-se, pedir perdão e levar um tapa na cara de sua sinhá, interpretada por Lídia Cabral.

O termo utilizado por Carneiro (2009), "antimusas", tona-se contraditório quando as mulheres negras passam a ser musas no carnaval e tem sua sexualidade exacerbada pela mídia, reforçando a "hipersexualidade" da mulata reboiativa no carnaval. Mais uma vez, a Rede Globo apoia os estereótipos negros.

A representação da mulher negra falha mais uma vez. O espaço de mídia destinado às mulheres negras só as desfigura. O racismo se faz presente em diversas plataformas de comunicação. O precedente histórico escravista cria a estrutura para que se reforcem os estereótipos produzidos principalmente pelas novelas.

A televisão exerce um imaginário sobre a população. Neste sentido, as novelas são responsáveis por influenciar atitudes e modismos no Brasil e nos países para onde são exportadas. Algumas tramas, como as do autor Manoel Carlos, pautam a agenda social brasileira com temas como aborto, racismo, alcoolismo e violência doméstica.

De acordo com Douglas Kellner, em "A cultura da mídia", de 2001, as pessoas constroem seu senso de classe, raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, entre outros aspectos de acordo com o que diferenciam dos outros. Sendo assim, a novela no Brasil é um produto de expressão da cultura que vivemos.

4. CAMINHO JORNALÍSTICO E MIDIÁTICO

4.1. Telejornalismo e participação do público na construção do telejornal

Neste tópico estudaremos o modo de relação que o telejornalismo da Rede Globo se propõe a fazer em conjunto com a sua audiência. Segundo Gomes (2007), o 'modo de endereçamento' designa as específicas formas e práticas comunicativas que constituem o programa. O conceito, quando aplicado aos estudos de jornalismo, nos leva a tomar como pressuposto que quem quer que produza uma notícia deverá ter em conta não apenas uma orientação em relação ao acontecimento, mas também uma orientação em relação ao receptor. Essa "orientação para o receptor" é o modo de endereçamento e é ele, em boa medida, que provê grande parte do apelo de um programa para os telespectadores. A pesquisadora propõe três operadores na análise do modo de endereçamento. O mediador, o profissional da emissora que atua como um elo de ligação entre os telespectadores e o mundo da notícia. A voz do povo, que se refere àquelas entrevistas com populares, também conhecidas como enquetes ou fala povo, visam repercutir assuntos divulgados pelo programa e a entrevista, com seu papel de autenticar o papel da imprensa perante a sociedade.

Alguns fatores importantes devem ser considerados no estudo do telejornalismo em geral. Começaremos falando sobre o mediador. Em geral, os programas das emissoras profissionais contam com apresentadores ou âncoras, comentaristas, repórteres e correspondentes. Entretanto, a figura central do programa se concentra no âncora/apresentador, aquele que representa a "cara" do programa e que constrói a ligação entre o telespectador e os outros jornalistas que fazem o programa.

Portanto, para compreender melhor este aspecto sob a ótica de nosso estudo, devemos analisar quem são os apresentadores, como se posicionam diante das câmeras e, portanto, como se posicionam para o telespectador. A jornalista Maria Júlia Coutinho, em sua posição de apresentadora do Jornal Hoje, possui essa carga de representação perante aos telespectadores. Outro ponto importante na constituição do telejornalismo, de acordo com Gomes (2007) é a temática. Neste tópico, estuda-se a organização das editorias e proximidade com a audiência. A relação entre programa e telespectador é regida por um

acordo sobre o papel do jornalismo na sociedade. A partir desse acordo é que o telespectador irá formar a sua opinião sobre como o programa constrói as ideias de verdade e relevância da notícia.

Um telejornal sempre apresenta definições dos seus participantes, dos objetivos e dos modos de comunicar, explicitamente - ou implicitamente – através das escolhas técnicas, do cenário e da postura do apresentador. A exibição das redações como pano de fundo para a bancada dos apresentadores na maior parte dos telejornais atuais é apenas uma dessas estratégias de construção de credibilidade e, ao mesmo tempo, de aproximação do telespectador.

Ainda segundo Gomes (2007), os formatos de apresentação da notícia dão importantes pistas sobre o tipo de jornalismo realizado pelos programas e, em certa medida, deixam transparecer o investimento da emissora na produção da notícia.

Por fim, o texto verbal. A análise do texto revela as estratégias empregadas pelos mediadores para construir as notícias, interpelar diretamente a audiência e construir credibilidade.

Sendo assim, o telejornalismo, como conhecemos neste tópico, apresenta algumas técnicas de apresentação que montam o seu modelo de veiculação. No próximo tópico iremos estudar como esses modos operam sob o telespectador.

O telejornalismo, em especial o Jornal Nacional, vem experimentando mudanças nos modelos de produção, gestão e circulação nos últimos anos. Cada vez mais os telespectadores foram sendo convidados a intervir na programação da TV e também a participar da sua criação. Podemos comprovar isso com os programas de televisão que solicitam a opinião do telespectador, através do telefone, celular ou internet. O receptor das mensagens cada vez mais é convidado a enviar respostas sobre o que é veiculado, convidado também a enviar fotos e vídeos.

Constata-se que em 94,5%¹ dos lares brasileiros possui retransmissores de televisão. Diante dessa importância, o telejornal é um dos principais, se não o principal, meio de recepção de informação da população.

A necessidade de ter acesso ao maior número possível de informações e de compreender o mundo globalizado é preenchida pelo jornalismo na televisão. “Os telejornais

¹ Dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

são produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira” (BECKER, 2005, p.9).

De acordo com a evolução tecnológica da televisão, Lemos (1997) classifica os níveis de interação na TV, conforme o grau permitido pela tecnologia disponível. O período em que a televisão tinha imagens em preto e branco, com poucos canais, é chamado de interação “nível 0”. Desta forma, o telespectador podia apenas ligar ou desligar o aparelho, mudar o canal, além de regular o volume, brilho ou contraste. No “nível 1”, a televisão ganha cores, aparecem novas emissoras e o controle remoto – instrumento que dá certa autonomia ao telespectador. No “nível 2”, a TV ganha equipamentos que possibilitam seu uso para outros fins, como as câmeras portáteis, vídeo games e videocassetes, o que permite a gravação da programação para assistir depois. Mas é no “nível 3” que a interatividade de cunho digital aparece, desta forma, a audiência pode interferir no conteúdo com o uso de telefone, fax ou e-mail. A época da "Televisão Interativa" é conhecida no nível 4. Conforme Lemos (1997) acrescenta, neste momento é possível a participação no conteúdo informativo em tempo real. Com base na idealização da TV digital interativa, Montez e Becker (2005) ampliam a proposta de Lemos e apresentam mais três níveis. O “nível 5” é classificado como aquele em que o telespectador participa da programação e da produção de conteúdo, com o envio de vídeos de baixa qualidade, a partir de um de canal de interação. No “nível 6”, o telespectador passa a colaborar com vídeo de alta qualidade, o que é facilitado pela qualidade das redes de internet. Já no “nível 7”, ocorre a interatividade plena, momento em que o telespectador é confundido com o transmissor, ou seja, pode enviar seu material para as emissoras e romper o monopólio da produção vertical da mídia de massa.

Tratando-se de interatividade, pretendemos estudar brevemente como se dá a relação da convergência de mídias e seus receptores. Os hábitos de consumo da informação e entretenimento vêm se alterando ano a ano com o crescimento e a popularidade das mídias sociais.

Fato é que a grandiosidade por trás da Internet se justifica pelo seu acelerado crescimento em nível mundial e por suas potencialidades tecnológicas – difusão instantânea, amplo alcance, interação e hipertextualidade – e, em parte, pela sua força mercadológica. Não há distinção nas mídias sociais, grande público e segmentos se misturam e recebem as informações de formas iguais.

Podemos dizer que os três pilares tecnológicos da Internet baseiam-se em: digitalização, convergência de mídias e interatividade.

Com a maior abrangência da cultura da convergência, alguns papéis vêm se cruzando, como o do emissor e do receptor. Na mudança de estratégias, o jornalismo tem se utilizado das inovações tecnológicas para a construção do noticiário. Entretanto, a televisão sempre teve bem definida sua característica industrial de emissor de conteúdo, enquanto o público assumia o papel de consumidor dos produtos midiáticos. Nos últimos anos, com a popularização dos dispositivos móveis e o uso da internet, a cultura da convergência se promoveu fortemente, “onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneira imprevisível” (JENKINS, 2011, p. 29).

Neste trabalho, a cultura da convergência se mostra presente no momento em que os apresentadores do telejornal abrem espaço, no horário nobre da televisão, para falar do uso da *hashtag* "Somos Todos Maju". Eles pedem que os telespectadores usem a frase para conscientizar as pessoas do crime que foi cometido. Neste mesmo caso, há outro momento de interação do público com os apresentadores, quando a jornalista Maria Júlia responde aos ataques das redes sociais.

Desta forma, a participação do público não é novidade para o noticiário, pois antes da internet, a colaboração já era feita com sugestões dos cidadãos por meio de cartas, telefonemas e visitas às redações de jornais, rádios ou TVs (ZANOTTI, 2010). Entretanto, essa participação antiga era bem menos eficaz que a que temos hoje com a internet e as redes sociais. Para Jenkins (2011, p.29), “a convergência representa a transformação cultural, à medida que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídias dispersos”. O poder do produtor de mídia e o poder do consumidor se mesclam e ocorre a interação, ou seja, produtores e consumidores deixam de ocupar papéis separados e tornam-se participantes e interagentes. O consumo como processo coletivo possibilita a inteligência coletiva, todos sabem de alguma coisa e podem compartilhar o que sabem e juntar suas habilidades.

4.1.1: Telejornalismo da Rede Globo

De acordo com Guilherme Jorge de Rezende, em seu livro “Telejornalismo no Brasil: Um perfil editorial”, a central Globo de Jornalismo mantém a responsabilidade de realização

diária (segunda à sábado) de cinco telejornais, são eles: Hora Um da Manhã, Bom dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo, e o jornal especializado Globo Esporte. Incluindo o noticiário regional, a Rede Globo apresenta mais de quatro horas de telejornalismo diariamente. O telejornalismo da Globo se responsabiliza ainda pela produção do Globo Repórter, de gênero documentário, e do Fantástico, de revista de variedades.

A Rede Globo também conta com outros dois programas, exibidos na manhã de domingo, sendo eles o Globo Rural, voltado para público do campo e o Globo Esporte, com notícias e cobertura de eventos esportivos. Além disso, a Globo ainda faz coberturas planejadas de eventos sazonais, como o carnaval, eventos esportivos, acidentes, guerras, comemorações e assuntos políticos.

Nos anos 70, o desenvolvimento técnico foi característica da Rede Globo. Com o aperfeiçoamento das suas produções, foi criado o termo "padrão global". Nesta época, o marco central da emissora foi a criação do Fantástico - o Show da Vida, idealizado por Bonifácio de Oliveira e Borjalo. Esse programa representou uma mudança radical na programação das noites de domingo, combinando jornalismo com entretenimento. Neste cenário, a emissora buscava cada vez mais aperfeiçoar-se visando a adequação da linguagem televisiva. Os criteriosos cuidados com o visual se complementavam com a seleção dos apresentadores, na época conhecidos como locutores.

Quanto ao conteúdo, os telejornais da Globo se afastavam da realidade brasileira. Conforme pontua:

"Os telejornais da Globo se mantiveram distantes dos grandes fatos políticos nacionais, levados aos jornais mesmo na época da rigorosa censura do governo Médici. Sobre política, a televisão foi omissa ou, como querem os produtores de seus noticiários, obrigada a ficar omissa, reservando os seus horários mais nobres a lacrimosidade das telenovelas e o riso "non sense" de seus shows milionários" (Maia, 1977 apud Rezende, 2000, p.115).

Segundo Rezende (2000), em janeiro de 1969, o Brasil ingressava na era da comunicação espacial. Em setembro desse ano aconteceu o lançamento do Jornal Nacional, transmitido ao vivo, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília. O telejornal contava com recursos correspondentes aos de uma novela. A Rede Globo queria competir com Repórter Esso, da TV Tupi.

Sendo assim, o próximo tópico a ser abordado neste trabalho é o desenvolvimento do Jornal Nacional e sua contribuição para o telejornalismo. Ao longo de todo seu tempo no ar, o telejornal passou por diversas mudanças em termos de produção, de estética, de linha

editorial, entre outras. Na tentativa de manter o título de telejornal mais assistido do país - De acordo com o IBOPE, a audiência ao longo da última década (2000-2010) começou com 38 pontos de média e terminou com 29, representando uma queda de 24%. Hoje, o Jornal Nacional esbarra em outra questão: interagir com o telespectador não somente na transmissão unilateral de notícias, mas também através da interação com a Internet. Este recurso de troca de comunicação promove no espectador uma mobilização, um desejo de interferir/opinar, de se relacionar com a televisão e com seus personagens.

4.1.2. Jornal Nacional

Há 48 anos entrava no ar o jornal que se consagraria como o mais tradicional do país. Com a apresentação de Cid Moreira e Hilton Gomes, o “primeiro jornal realmente nacional da tevê brasileira”, palavras ditas ao final da primeira edição, surgiu sob um contexto de Ditadura Militar, logo após ser decretado o AI-57. De acordo com o Memorial da Rede Globo, devido ao momento histórico, o Jornal Nacional adotou um formato diferente do utilizado pelo Repórter Esso e pelo Jornal de Vanguarda, os quais eram baseados em um jornalismo comentado.

Segundo Rezende (2000), o telejornal contava com a audiência da novela do horário anterior, mas, com o tempo, foi adquirindo um público fiel: famílias que se reuniam para assistir ao JN e o tinham como fonte exclusiva de informação. A audiência do programa cresceu a ponto de ele se tornar o produto de maior destaque da emissora.

O telejornalismo proposto pelo Jornal Nacional representa um conjunto bem elaborado que abrange os principais tópicos sobre modos de fazer. São eles: a temática, o formato, o cenário e os apresentadores. Suas contribuições são genuínas na identificação do programa com o gênero. O patrocinador se apresenta e os apresentadores anunciam as principais manchetes, de forma ágil e dinâmica – frases curtas se intercalam quase que instantaneamente. O casal se incumbe de prender a atenção do telespectador chamando a atenção para os destaques da noite. A escalada é seguida da conhecida vinheta, o emblemático anúncio das notícias do dia.

De acordo com Gomes (2007), o cenário é predominantemente azul. Na bancada prateada apenas dois computadores discretos, quase imperceptíveis. Ao fundo (e abaixo) está a redação. O poder técnico também fica em evidência no jornal, sendo esse um dos seus grandes diferenciais. A capacidade do jornal de estar no lugar em que o fato

acontece é construída a partir da entrada ao vivo de correspondentes no mundo e repórteres locais. A transmissão, em tempo real do acontecimento, remete à capacidade tecnológica do programa e reforça o acordo de atualidade estabelecido com a audiência.

Os apresentadores/âncoras estão intimamente ligados à “cara” do telejornal. São os apresentadores, repórteres e comentaristas, que, paulatinamente, através de sua presença habitual nas edições diárias, conquistam um nível de credibilidade para o telejornal e para cada profissional, reconhecida pelo público. O jornal parece emprestar uma identidade forte, porém temporária, aos apresentadores. A pesquisadora (2007) pontua que a conhecida bancada em fundo azul foi ocupada por Cid Moreira e Sérgio Chapellin por quase 27 anos. No dia 1º de abril de 1996, Wiliam Bonner e Lílian Witte Fibe assumiram o posto, inaugurando uma mudança de “conceito” dos telejornais “globais”, promovida pelo departamento de jornalismo da emissora. Os apresentadores, antes meros veículos, passaram a tomar para si o posto de “âncoras” e a responder, também, pela editoria dos jornais. Mais tarde, Fátima Bernardes assume o posto de apresentadora ao lado de Bonner. Os apresentadores do jornal dão pistas sobre os modos de endereçamento proposto. Durante todo o jornal, Fátima e Bonner permanecem sentados em suas bancadas, quase não gesticulam e nem falam entre si. O casal não “chama a atenção”, porque ali o espaço de protagonista parece ser reservado apenas para a “notícia”. Os apresentadores do Jornal Nacional exibem as notícias e esforçam-se para não as comentar. Mas a expressividade que transmitem, tanto na entonação da voz quanto nas expressões faciais, os caracteriza como intérpretes da notícia. Os apresentadores do Jornal Nacional, apesar da aparente postura de neutralidade e objetividade – expressa no comportamento, no texto e no perfil editorial do Jornal – emitem juízos de valor através das expressões faciais.

Entretanto, com o passar dos anos exigiu-se mudanças no perfil do jornal. De acordo com Rezende (2000), a primeira dupla a apresentar o Jornal Nacional foi Hilton Gomes e Cid Moreira. Eles faziam a leitura da cabeça da matéria em uma folha de papel e não interagiam. Os dois mantinham uma postura séria, sem proximidade com o público. Eram apenas locutores. Entretanto, como marca do jornal, desejavam “boa noite” aos que os assistiam, ideia do então diretor da Central Globo de Jornalismo Armando Nogueira, como forma de diferenciação do Repórter Esso. Em 1971, houve uma inovação tecnológica: o teleprompter, aparelho situado logo abaixo da câmera, o qual projeta o texto para o locutor. O equipamento permitiu que os apresentadores pudessem ler as notícias com maior

naturalidade, sem a necessidade de ficar constantemente olhando para baixo, passando a encarar o telespectador, de forma a garantir-lhe a veracidade do que estava falando.

Em 1972, a Globo contratou Sérgio Chapelin e após onze anos na bancada do jornal, o jornalista troca a Globo pelo SBT. Celso Freitas, que era locutor do exército, por ter uma excelente voz, foi convidado para apresentar o jornal pelo Coronel Otávio Costa.

Durante 16 anos de história, o Jornal Nacional passou por uma série de mudanças: na técnica da apresentação e da produção da notícia; na tecnologia, com a utilização regular de satélites de comunicações e miniaturização dos equipamentos; na adaptação da linguagem aos tempos de liberdade política. A fase do apresentador no estúdio que apenas lia as manchetes de forma distante tinha ficado no passado, o telejornal adotara um estilo mais denso, no qual as matérias tinham maior profundidade. Segundo o Memorial da Rede Globo, com a mudança de formato, o Jornal Nacional começou a se preocupar em se fazer entender pelo público menos esclarecido, desta forma, tentava contextualizar e explicar, através de uma linguagem simples, informações políticas e econômicas. Para isso, adotou a participação de comentaristas especializados, como Paulo Henrique Amorim, Joelmir Beting, Lillian Witte Fibe e Alexandre Garcia. A estratégia era tornar o jornal mais descontraído, flexibilizando-o e adotando uma linguagem mais coloquial.

Em 1989, Sérgio Chapelin volta a integrar a bancada do Jornal Nacional, ao lado de Cid Moreira. Com o retorno, os jornalistas entraram para a história como a dupla que permaneceu mais tempo na bancada, apresentando o jornal de horário nobre por 18 anos. Em 1996, a primeira mulher assume a bancada: Lillian Witte Fibe, com Willian Bonner assumem como apresentadores. Essa mudança estava relacionada à busca pela credibilidade no telejornalismo. Agora a emissora pretendia desconstruir a imagem de locutor e se sustentar na valorização do jornalista como apresentador de notícias. Essa era uma estratégia para o telejornal ficar mais dinâmico e moderno.

Neste momento, Lillian transmitia credibilidade para os telespectadores, porém não era considerada empática. Em 1998 a jornalista deixa a bancada do jornal. Para a substituição de Lillian, várias jornalistas foram testadas no vídeo e Fátima Bernardes assumiu a vaga. A escolha de Fátima Bernardes foi estratégica, o casamento com Willian Bonner e a transmissão da imagem tradicional da família geraram a identificação por parte das famílias que se reuniam para assistir ao noticiário.

De acordo o Memorial da Rede Globo, para dedicar-se a um novo projeto, um programa de entretenimento, Fátima Bernardes cedeu sua posição para a apresentadora do

Fantástico, Patrícia Poeta, em dezembro de 2011. A postura adotada pela nova apresentadora é mais séria que a que costumava praticar durante a apresentação do programa Fantástico, porém mais leve em relação aos antigos padrões do jornal, de forma a transmitir a notícia com maior proximidade do público.

Em 2014, nos 50 anos da Rede Globo, o Jornal Nacional assume a proposta de informalidade e jornalismo mais "arrojado". O principal telejornal do país ficou mais informal e mais conversado. Neste momento, quem assume a bancada com Bonner é Renata Vasconcellos. Junto às mudanças, Maria Júlia Coutinho assume o lugar de garota do tempo.

A linguagem usada entre repórter e âncora também sofre mudanças, ficando mais "descontraída". Neste contexto, Willian Bonner dialoga com Maria Júlia Coutinho informalmente, chamando-a de "Maju", como a jornalista é popularmente conhecida.

O tempo inicial da apresentação do quadro climático era de 40 segundos, com a entrada de Maria Júlia, o tempo aumentou para dois minutos e meio. A leveza, informalidade, elegância e simpatia de "Maju" fazem com que o telespectador se identifique.

A participação da jornalista no horário nobre da televisão brasileira causa incômodo, visto que o negro não possuía um lugar de representação tão grande há anos atrás. Esse incômodo mostra que o racismo ainda segue forte.

4.1.3. Quem ocupa os espaços de poder na mídia?

A televisão, através dos telejornais, novelas e programas de entretenimento é um instrumento capaz de intervir significativamente nas opiniões e comportamentos do indivíduo receptor da mensagem.

Artigos de diferentes autores discutindo o papel do negro na televisão deram origem ao livro organizado por Joel Zito Araújo (2010), "O negro na TV pública", que levanta a discussão do quanto a televisão brasileira se pauta pela grade de programação da Europa, na qual se encontra pessoas brancas, magras e altas, realidade bem oposta à brasileira.

Para prosseguirmos o estudo, precisamos adentrar na questão da padronização e a criação de estereótipos no telejornalismo. Com essa discussão, pretendemos compreender se a imagem da mulher negra, enquanto sujeito presente na construção do pensamento jornalístico, também se encaixa em um padrão estético pré-determinado.

Como já vimos, o telejornalismo é sinônimo de credibilidade para os indivíduos que o assistem. Por mais tendenciosa que a informação possa parecer, o jornalista tenta sempre dar

veracidade aos fatos, demonstrando um compromisso com o real e o correto. Como pontua Oliveira (2008, p.12), “a televisão leva o mundo até o indivíduo sem que ele precise sair na rua; torna-o aquilo que ele não é; dita o que é bom e ruim para a sua saúde; mostra o que é feio e bonito e, o que é mais cômodo e ao mesmo tempo prejudicial à sua intelectualidade: transmite informações prontas, sem que ele necessite investir seu tempo em reflexões”. Sendo assim, a opinião pública tem sua devida importância. Dentro disso, podemos destacar os juízos de valor que influenciam diretamente nas opiniões individuais, anseios e perspectivas de cada um. O jornalista, então, é o agente ativo na influência da opinião pública através da exposição e análise de temas a serem debatidos na sociedade.

Após uma análise dos telejornais das principais emissoras de TV de sinal aberto (SBT, Globo, Record, Rede TV e Bandeirantes), em 2011, Acevedo e Trindade (2011) concluíram que o número de apresentadores negros (6,15%) é significativamente menor que o número de profissionais brancos (93,85%) na mesma função, e que essa desproporção é semelhante à apresentada em outros produtos midiáticos como novelas e anúncios publicitários

A Teoria da Cultivação, de George Gerbner pontua que "repetidas exposições de determinadas representações sociais e modelos estéticos nos meios de comunicação podem resultar em sua aceitação pela sociedade como sendo a expressão fiel da realidade" (ACEVEDO E TRINDADE, 2011, p.102). Na análise dos resultados obtidos na pesquisa sobre os telejornais, pode se concluir que a diferença étnica frente às câmeras de TV é prejudicial no que diz respeito à autoestima e à identidade das demais etnias presentes na sociedade brasileira.

Levando em consideração o que já estudamos, percebe-se que a mulher negra e jornalista está em uma situação preocupante. Todavia, comparando-se com o número de homens negros na função de apresentadores, a carga de preconceito para com ela é dupla, “por ser mulher numa sociedade sexista e negra numa sociedade racista” (BARBOSA; SILVA, 2009).

5. O CASO DE RACISMO CONTRA A JORNALISTA MARIA JÚLIA COUTINHO

5. 1. Percurso metodológico

De acordo com Ventura (2007), toda pesquisa científica necessita definir seu objeto de estudo e a partir daí construir um processo de investigação, delimitando o universo que será estudado. Na presente pesquisa iremos trabalhar o estudo de caso, quando se estuda uma unidade ou parte de um todo. No entanto, em relação aos estudos de caso, deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo isolado daquele caso.

A metodologia utilizada para a pesquisa deste trabalho consiste no estudo de caso. Neste aspecto, segundo Yin (2001), se colocam questões de “como” e “por que”, focando em fenômenos contemporâneos inseridos no contexto da vida social. “O estudo de caso é o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Estuda-se, portanto um ou mais entes (pessoas, grupos, organizações).

Segundo Gil (1995), sua origem é bastante remota e se relaciona com o método introduzido por C.C. Laugdell no ensino jurídico nos Estados Unidos. Sua difusão, entretanto, está ligada à prática psicoterapêutica caracterizada pela reconstrução da história do indivíduo, bem como ao trabalho dos assistentes sociais junto a indivíduos, grupos e comunidades. Atualmente, é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, podendo ser visto como caso clínico, técnica psicoterápica, metodologia didática ou modalidade de pesquisa.

Esta metodologia de pesquisa visa compreender o evento em estudo e ao mesmo tempo desenvolver teorias mais genéricas a respeito do fenômeno observado. O objetivo do estudo de caso é explorar, descrever, explicar e avaliar. Baseando-se em registros e em arquivos da internet, a análise sobre o caso racismo contra a jornalista Maria Júlia Coutinho também é baseada na observação dos fatos ocorridos.

O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é

uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão.

Para que se valha a discussão, é preciso que tenha diferentes visões teóricas acerca do assunto estudado, pois serão a base para orientar as discussões sobre determinado fenômeno constituem a orientação para discussões sobre a aceitação ou não das alternativas encontradas. Para isso é preciso possuir uma amostra de várias evidências.

Sendo assim, o estudo de caso é uma investigação que se assume sobre uma situação específica, procurando encontrar as características e o que há de essencial nela. Esse estudo pode ajudar na busca de novas teorias e questões que servirão como base para futuras investigações.

Tendo em conta as posições dos autores apresentados, o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. Neste trabalho iremos estudar o caso de racismo contra a jornalista Maria Júlia Coutinho. Analisando como a jornalista alcançou um espaço de poder na televisão, conquistando o público e porque a sua presença incomoda outra parte de telespectadores.

Segundo Gil (1995), o estudo de caso pode utilizar-se de quatro fases para ser delineado. São elas: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

Tratando-se da primeira fase, ela consiste em delimitar o espaço a ser pesquisado, a partir daí se faz uma análise de quais dados são suficientes para se chegar à compreensão do objeto como um todo. A área a ser pesquisada neste tópico foi delimitada a partir de concepções jornalísticas, sociais e jurídicas, visto que há um crime envolvido no aspecto.

A segunda fase é a coleta de dados que geralmente utiliza-se de procedimentos quantitativos e qualitativos: observação, análise de documentos, entrevista formal ou informal, história de vida, aplicação de questionário com perguntas fechadas, levantamentos

de dados, análise de conteúdo, entre outros. Sobre isso, foi analisado o conteúdo do Jornal Nacional e sua história na televisão. Neste tópico foram analisadas as manifestações de racismo nas redes sociais e levantamentos de dados jurídicos sobre os crimes de racismo e injúria racial.

Já a terceira fase é conjunta, representada pela seleção, análise e interpretação dos dados. Concluindo-se o estudo de caso, neste tópico foram feitas interpretações, de acordo com uma série de autores, sobre as questões de comunicação e sociais que permeiam este episódio.

A seleção dos dados deve considerar os objetivos da investigação, seus limites e um sistema de referências para avaliar quais dados serão úteis ou não. Segundo Gil (1995), é importante também utilizar categorias de análise derivadas de teorias que sejam reconhecidas no campo do conhecimento. Isso faz com que a interpretação dos dados não envolva julgamentos implícitos, preconceitos, opiniões de senso comum, entre outros. A quarta fase é representada pela elaboração dos relatórios parciais e finais. Este tópico está implícito no trabalho, sendo ele o todo e não apenas uma parte.

A partir dos conceitos apresentados quanto à origem, significado e aplicação do estudo de caso, destaca-se que o principal diferencial desse método de pesquisa é estudar uma unidade, bem delimitada e contextualizada, com a preocupação de não analisar apenas o caso em si, como algo à parte, mas o que ele representa dentro do todo. As aplicações do estudo de caso, são muitas e variadas, de grande utilidade em pesquisas exploratórias e comparadas. Como toda pesquisa, o estudo de caso apresenta vantagens e limitações na sua aplicação, merecendo o cuidado necessário quando buscar generalizações.

5.2. Quem é Maria Júlia Coutinho?

Maria Júlia Coutinho nasceu em São Paulo, no dia 10 de agosto de 1978. Estudou na Escola Islâmica Brasileira até os 15 anos. É formada em Jornalismo, na Faculdade Cásper Líbero, da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo, onde iniciou a carreira na profissão como estagiária da TV Cultura.

Passou por vários cargos no Departamento de Jornalismo antes de começar a trabalhar como repórter. Após três anos trabalhando como repórter, Maria Júlia tornou-se âncora do "Jornal da Cultura" ao lado de Heródoto Barbeiro. Em seguida, comandou o telejornal "Cultura Meio-Dia" com Lila Dawa e Vladir Lemos.

Em 2005, Maria Júlia chega à Rede Globo, onde volta a ser repórter em telejornais locais. Em outubro de 2013 a jornalista foi a primeira mulher negra a apresentar o quadro de meteorologia da emissora, no noticiário matinal "Bom Dia Brasil" e "Bom Dia SP". Na Globo, a jornalista ainda apresentou o quadro no "Jornal Hoje", "Hora Um" e "Globo Rural".

Desde 2014, a jornalista vem apresentando a meteorologia do Jornal Nacional, espaço que era antes ocupado por Michelle Loreto. Acompanhando as mudanças de cenário e dinâmicas de gravação, "Maju", como é popularmente conhecida, ganha destaque no jornal e se torna a "queridinha dos internautas".

Já em junho de 2017, Maria Júlia estreia na bancada do Jornal Hoje como âncora aos sábados.

5.3. O caso

No dia 02 de julho de 2015, a jornalista Maria Júlia Coutinho foi alvo de comentários racistas nas redes sociais Facebook e Instagram. Comentários preconceituosos foram publicados em um post do Jornal Nacional no Facebook. Rapidamente a equipe do Jornal Nacional respondeu às ofensas em vídeo, com uma mensagem de William Bonner, e a *hashtag* #SomosTodosMajuCoutinho, que lideraram os assuntos mais comentados no *Twitter* mundial.

Figura 1 - Equipe do Jornal Nacional se mobiliza em favor de Maria Júlia Coutinho



Fonte: página do Jornal Nacional no Facebook. Acesso em: 02 nov. 2017

Figura 2 - Manifestações de racismo contra Maria Júlia Coutinho nas redes



Fonte: página do Jornal Nacional no Facebook. Acesso em: 02 nov. 2017

Figura 3 - Manifestações de racismo contra Maria Júlia Coutinho nas redes sociais



O tempo no JN

Thiago San Monteiro
Só consegui emprego no JN Por causa das cotas preta imunda .
há 2 horas · Curtir · 36 · Responder

Guillermo Bitencourt respondeu · 2 respostas

Thiago San Monteiro
Tempo branco? mentira , sua preta.
há 2 horas · Curtir · 41 · Responder

Gabriel Garcia Negreiros respondeu · 9 respostas

Ariel Vieira
Só consegui emprego no JN Por causa das cotas, preta macaca
há 2 horas · Curtir · 85 · Responder

Arthur Frey
Qual é band-aid de preto?
R: Fita isolante
há 2 horas · Curtir · 17 · Responder

Iago Filipe Ferreira respondeu · 2 respostas

Karl Jagger
Não bebo café pra não ter intimidade com preto.
há 2 horas · Curtir · 71 · Responder

Mariano Fabiolo respondeu · 15 respostas

Felipe Santos
Ela ja nasceu de luto
há 2 horas · Curtir · 51 · Responder

Arthur Frey
O que são 100000000 de pretos na lua?
R: Um eclipse total!
há 2 horas · Curtir · 28 · Responder

Maria Eduarda Bellai
Em pleno século 2015 ainda temos preto na TV
há 1 hora · Curtir · 9 · Responder

Yasmim Queiroz respondeu · 39 respostas

Chronick Schlage
Só foi ela chegar ai que o tempo ficou seco igualmente a um carvão em cinzas.
há 1 hora · Curtir · 8 · Responder

Fonte: página do Jornal Nacional no Facebook. Acesso em: 02 nov. 2017

Figura 4 - Manifestações de racismo contra Maria Júlia Coutinho nas redes sociais



Fonte: página do Jornal Nacional no Facebook. Acesso em: 02 nov. 2017

Fazendo uma breve análise de alguns dos comentários disparados contra a jornalista nas redes sociais, podemos identificar frases como: "Só conseguiu emprego no JN por causa das cotas preta imunda", "...preta, macaca", "em pleno século 2015 ainda temos preto na TV", "não bebo café pra não ter intimidade com preto", "onde compro essa escrava?", entre outros. Este não é o objeto central de análise deste trabalho, entretanto, mostra quão problemáticos são estes xingamentos se partirmos do ponto de que as redes sociais são um reflexo do mundo *off-line*.

De acordo com esta concepção, os discursos de ódio e as violações de direitos humanos que acontecem nas redes digitais são originárias das desigualdades sociais, naturalizadas, enfrentadas diariamente no Brasil.

A relação que podemos fazer com o caso é de que quando alguém utiliza a Internet para cometer um crime de racismo, ela apenas sente-se mais confortável usando o anonimato e por ter o sentimento de impunidade, partindo do princípio de que as leis para crimes virtuais ainda são recentes com pouca efetividade. Nas redes digitais, as consequências do racismo são, em geral, de caráter psicológico. Já nas ruas as consequências são físicas e com mais efetividade. Não há como separar o racismo cometido nas redes digitais do sistema de opressão racial que existe no Brasil fora do mundo virtual.

Nas redes sociais os discursos de racismo e ódio são amplificados, isso não quer dizer que fora das redes estes não tenham a mesma proporção. Tratando-se deste aspecto, pode se dizer que se antes uma pessoa racista fazia um comentário em seu círculo social, esta atitude não ecoava aos demais grupos permanecia entres estes, até que alguém eventualmente o denunciasse. Hoje, esses mesmos comentários são feitos de maneira aberta e muitos deles tornam-se virais. Ou seja, o que era um comentário restrito a um número pequeno de pessoas, com a popularização das redes sociais passa a ser algo que viola e ofende toda uma coletividade.

5.4. Afirmações negras: O que a jornalista usa para criar seu papel representativo

Maria Júlia é o exemplo ideal e necessário de orgulho da sua cor, dos seus traços e de seus cabelos. Entretanto, a medida que se amplia o espaço de visibilidade de mulheres negras, os ataques ofensivos, racistas e discriminatórios se disseminam na mesma proporção. Para discutir o feminino e sua posição na televisão é preciso discutir a questão racial e a criação do personagem negro, como pretendemos fazer neste tópico.

O ideal de beleza europeu – pele branca, cabelos lisos, olhos claros e traços finos - é o predominante no Brasil. Strozenberg (2004) pontua que a presença do negro na mídia causaria um sentimento de rejeição por parte dos consumidores majoritariamente brancos, comprovando mais uma vez a visão social de que o negro não "está apto" a assumir lugares de poder.

Strozenberg (2004) ainda pontua que na década de 80 do século XX, o negro aparecia representando um papel secundário, ou seja, como auxiliar do branco em funções subalternas. E quando aparecia, era de coadjuvante, sempre complementando o cenário do branco e nunca como protagonista. Essas referências do autor podem ser verificadas até hoje, 2017, século XXI, como já estudamos anteriormente.

Tratando-se do nosso objeto de estudo, no jornalismo pode se verificar que os jornalistas negros presentes na Rede Globo são poucos, com destaque efetivo. São eles Glória Maria, Zileide Silva, Dulcinéia Novaes, Heraldo Pereira, entre outros. Em 1997, Zileide foi a primeira mulher negra a apresentar como titular um telejornal diário para todo o Brasil. Em 1998, Glória Maria tornou-se apresentadora titular do Fantástico, a jornalista entrou para a Rede Globo nos anos 70. Já Heraldo Pereira entrou para a Rede Globo em 1981 e por 20 anos

foi repórter da emissora, em 2001 foi o primeiro homem negro a apresentar o Jornal Nacional permanentemente.

Ao longo do estudo para elaboração deste trabalho permeia o questionamento: por que esses jornalistas não causaram tanta representação e identificação aos jovens jornalistas negros quanto Maria Júlia Coutinho tem causado?

Segundo Hall (2005), há uma crescente transformação nos conceitos e comportamentos identitários desde o século XX e alguns dos fatores, pode-se dizer, são as novas tecnologias e a indústria cultural, cada vez mais presentes em diferentes sociedades, misturando-se com raças, etnias e sexualidade, considerando o crescimento das redes sociais e sua capacidade de dar voz e visibilidade para pessoas e movimentos de maneira mais rápida e eficiente que outros meios.

Sendo assim, Maria Júlia foi vítima de racismo nas redes sociais e utilizamos este mesmo meio de comunicação para levantar questões de representatividade e empoderamento negro.

O processo de construção da sua identidade negra vai muito mais além de imagens midiáticas, é preciso ter a referência negra, seja no cabelo ou no discurso, para conseguir entender que este também é um lugar de poder que pode ser ocupado por negras. Esse processo que citamos pode ser comprovado neste trecho proferido por Maria Júlia:

“Por anos, me submeti a um rito para ser aceita: esquentava no fogão um pente de metal e alisava o cabelo. Fora dos pequenos círculos, era difícil assumir a identidade. Precisa coragem para usar o crespo, símbolo de estar à margem. Nos anos 1990, vi na capa da revista 'Raça' uma negra com ar decidido, de tranças afro, enormes e lindas, e falei: 'Eu quero isso'. Funcionou como uma permissão para ser eu mesma” (Portal *online* Globo, acesso em 02 out. 2017).

O trecho acima dito por Maria Júlia ao portal *online* da Rede Globo está intimamente ligado ao embranquecimento da população negra. Trata-se da autoestima destas mulheres, uma vez que o racismo é o processo de dominação mental com o objetivo de incapacitar e invalidar o indivíduo. Logo, o processo de embranquecer percorre toda a vida da mulher negra e está consolidado de forma social e moral. Esse movimento é afirmado e validado pela implantação dos modelos culturais do colonizador, estimulando a população afrodescendente a perda dos seus costumes de matriz africana.

Sendo assim, com a assimilação dos modelos culturais impostos pelo colonizador, a população negra começa a criar métodos introdutórios na sociedade branca. Como podemos perceber claramente no trecho acima destacado por Maria Júlia onde ela pontua que para ser

aceita na sociedade precisava estar de acordo com os padrões brancos. Sendo assim, as características destes processos são: clareamento de pele, nariz fino e alisamento dos cabelos. O desejo de embranquecer-se e a autonegação da própria raça e cultura são vistas como naturais e sem problemas aparentes.

A tomada de consciência de sua negritude pela mulher negra é um longo percurso a ser percorrido, desde a sua infância até a idade de mulher adulta. A não visibilidade e representatividade de seus pares nos espaços de poder e de mídia causam uma confusão psicológica já na infância. O ideal seguido é o eurocêntrico, que consiste em pessoas brancas, de traços finos e cabelos lisos. Logo, todos os costumes negros e africanos que ainda restam mantidos em memória através da oralidade são silenciados e mantidos como primitivos, a fim de atender as expectativas da população branca. Desta forma, quanto mais longe e distorcida fora a imagem estética e cultural negra, mais próxima fica do enquadramento aceitável para a sociedade branca.

O modelo "ideal", presente em grande parte do telejornalismo brasileiro, é o padrão europeu de beleza. Quando Maria Júlia chega ao horário nobre da televisão, a jornalista quebra com esses paradigmas. Sua ascensão na Rede Globo torna-se peça fundamental no jornalismo televisivo. Sendo assim, a jornalista ocupa um lugar fixo diariamente na grande mídia, o que fortalece a sua representatividade enquanto profissional de jornalismo, mulher e negra. Este espaço é deveras importante para a afirmação da mulher negra nos espaços de poder. A posição da jornalista ilumina o caminho para as negras que anseiam participar dos espaços de poder na sociedade e na mídia.

A repórter chegou ao jornal trazendo a leveza tão buscada pela emissora, quebrando o “padrão”, aproximando mais o telespectador dos jornalistas, e, conseqüentemente, dando a notícia. Desta forma quebram-se estereótipos da mulher negra enquanto objeto sexual e de desejo. Maria Júlia é vista como profissional de imprensa ocupando um espaço de poder no mais alto patamar da grande mídia televisiva brasileira que é o Jornal Nacional.

Esta presença é, de fato, muito importante para a representação das mulheres negras nos lugares onde há visibilidade. Não se trata apenas de espelhar-se em Maria Júlia como jornalista, mas sim como mulher negra ocupando um espaço de poder, levando a cultura e os traços negros para a sociedade em geral.

Entretanto, ainda nos cabe responder a questão da representatividade e por que ela importa tanto. Desta forma, pode se dizer que é através dela que o ser humano se organiza e se desenvolve enquanto grupos e subgrupos. Entretanto, para que esta representação seja

efetiva e consiga atingir a todos, é necessário que haja uma comunicação entre os grupos da sociedade através de trocas de mensagens simbólicas (oralidade, gestos, escrita). O significado das coisas como conhecemos, portanto, foi fruto de alguma comunicação entre seres humanos. Com o passar das décadas estes significados podem e devem se alterar.

Da forma em que se atribuí sentido e significação às coisas, desta mesma maneira, atribui-se significados a pessoas e a nós mesmos. Por isso, as mensagens que são recebidas são tão importantes na construção da identidade do indivíduo, do eu interior de cada pessoa, dos pensamentos, das opiniões.

Através dos inúmeros conteúdos simbólicos que são recebidos diariamente é que se constroi cada identidade. Neste momento percebe-se o papel da mídia em disparar produtos, ideias e mensagens que irão formar a teia de significados de cada ser humano. Se antes as mensagens eram transmitidas a um indivíduo pelas pessoas de seu convívio, por meio da televisão, hoje há uma infinidade de meios de comunicação, principalmente as redes sociais, que disparam a todo tempo mensagens diferentes sobre várias coisas.

Entretanto, há mensagens que não ficam bem claras em seu objetivo e neste momento conta-se com o apoio do inconsciente que se utiliza de lembranças já armazenadas e decodificadas para perceber o conteúdo que quer ser passado. Sendo assim percebe-se a importância dos conteúdos que são expostos à sociedade através da mídia. Também constata-se o prejuízo que os estereótipos causam às pessoas e significações culturais.

Pode se dizer que a construção das identidades individuais, ou de um grupo, está diretamente relacionada aos produtos midiáticos consumidos por estes indivíduos. Desta forma, considera-se que a mídia repassa diariamente mensagens simbólicas racistas e preconceituosas de uma forma geral. O resultado que se alcança com este tipo de leitura é de que milhares de indivíduos baseiam-se neste senso comum ao relacionar o negro como um ser transgressor na sociedade.

Por fim, cabe pontuar que a representatividade, quando bem feita, importa porque traz para a mídia mensagens plurais. De forma positiva, com mulheres fortes, negras bem sucedidas, preservação da cultura afrodescendente, entre outras coisas, são as peças chave para a desconstrução dos estereótipos socialmente criados e baseados no senso comum. Se todas as diferenças sociais e raciais forem tratadas de maneira correspondente à realidade nos meios de comunicação, todos os indivíduos poderão se ver representados. E se ver representado significa também compreender seu lugar no mundo.

Sendo assim, é essencial que os profissionais da comunicação tenham a ciência de seu papel social para agir na esfera pública ou privada. Com o pleno domínio dos conhecimentos de suas raízes e cultura, será possível a promoção de políticas capazes de amenizar as desigualdades de gênero e raça.

As medidas adotadas para colocar o negro em evidência geram atrito e isso acontece porque a questão racial nunca foi realmente colocada em discussão na esfera pública da sociedade. A jornalista da TV Globo sofre duplo preconceito: racial e de gênero. Sendo assim, afirma-se que o incômodo de uma parcela da população com a posição em que Maria Júlia ocupa está associado às poucas representações da raça negra em todas as camadas de poder ou apenas sociais. Não é comum conceder espaços de poder a mulheres negras, o que afeta a autoestima e a visão de si mesma e de milhares de negras do Brasil.

Além de todos outros tipos de violência que a mulher negra sofre e que foram estudados neste trabalho, cabe citar rapidamente a violência simbólica, emocional e psicológica. É preciso compreender que não existe uma hegemonia no que é ser mulher, mulheres não-brancas terão violências específicas causadas devido à intersecção de questões de gênero e raça. Tratando-se de visibilidade e solidão, estas mulheres também são afetadas, aqui cabe um parêntese referente à questão. Todavia, não é só no mercado de trabalho e social que as negras enfrentam o racismo, na hora da escolha afetiva também acontecem exclusões que impactam grandemente na sua visão interpessoal enquanto parceiras. O que comprova mais uma vez que os padrões são socialmente moldados, desta forma, o gosto pessoal e afetivo não é isento de manipulação ou imposição do que é belo, bom, seguro e desejável. Sendo assim, percebe-se que ainda hoje há a herança escravagista de que negra é para cama e não para o casamento.

Finalizando no que diz respeito a este tópico, é possível perceber que a campanha de solidariedade à jornalista identifica o racismo apenas como um xingamento individual, mas que, na verdade, é um sistema de opressão, presente nos pequenos gestos diários da população brasileira. O caso de racismo veiculado na mídia e enfrentado por Maria Júlia é mais um entre tantos, porém, o fato novo é o combate feito pela Rede Globo, o que causa ao telespectador a sensação punição e "fim do racismo".

5.5. Posicionamento do Jornal Nacional, da jornalista e do público

Após o caso tomar repercussão nacional, os âncoras William Bonner e Renata Vasconcelos publicaram um vídeo curto de apoio à jornalista na página do jornal nas redes sociais. O vídeo causou reação no *Twitter* e no *Facebook*. Desta forma, a produção do jornal encontrou a possibilidade de levantar a audiência do programa dando voz às redes sociais e a jornalista. Bonner levou a história para o seu *Instagram*, postando uma série de imagens onde aparecem apenas elogios à colega.

Figura 5 - Apoio de Willian Bonner em seu Instagram à jornalista Maria Júlia



Fonte: página de Willian Bonner no Instagram. Acesso em: 02 dez. 2017

Figura 6 - Apoio dos jornalistas apresentadores do Jornal Nacional e campanha para as redes sociais



Fonte: página do Jornal Nacional no Twitter. Acesso em: 02 dez. 2017

Os telespectadores, as redes sociais e a Internet tiveram papel fundamental na disseminação de apoio à jornalista. A força de convergência que a Internet tem nos dias de hoje é fator fundamental para que as pessoas tenham coragem de expor o que, talvez, pessoalmente não teriam para bem ou para mal. Esse tipo de discriminação não é novidade. O diferente desse caso foi a dimensão dada pelas redes sociais e o engajamento da Rede Globo.

O uso da *hashtag* “Somos Todos Maju” é mais uma estratégia da internet para demonstrar empatia por algum acontecimento midiático. A repercussão midiática em torno de casos que se utilizam deste mecanismo é muito grande e geram uma ansiedade no público em manifestar sua opinião, seja a favor ou contra. A argumentação utilizada pelos internautas parte de uma indignação com o fato ocorrido, entretanto, não quer dizer que estes tenham presenciado ou passado pela mesma situação. Sendo assim, as *hashtags* muitas vezes nascem de uma forma espontânea e ganham força na medida em que o público adere ao assunto.

As *hashtags* têm a função de serem marcadores para indexar assuntos e facilitar as buscas na rede. Nascidas com o *Twitter*, ganharam vida própria no *Instagram* e tomaram o *Facebook*, entretanto, nesta última não há a mesma função.

Na maioria dos casos, as *hashtags* dão visibilidade e comoção a situações de injustiça. Sendo assim, Maria Júlia Coutinho, foi vítima de ataques racistas de usuários nas redes e seu caso tomou grandes proporções na Internet com a *hashtag* “Somos Todos Maju”.

O uso desta tecnologia nas redes sociais é de caráter intuitivo e conforme o debate se desenrola pode assumir um novo caráter. Com o uso de “Somos Todos Maju” não foi diferente, apoiadores e não apoiadores utilizaram-se da mesma ferramenta para expressar o seu pensamento. Com todas suas formas, exageros ou não, hoje a Internet é um espaço democrático.

Sendo assim, com o uso das *hashtags*, as pessoas colocam-se no lugar de outras, porém, essa empatia se dá de forma frágil e superficial em alguns casos. Como várias coisas no mundo, há contradições sobre o uso ou não desta estratégia, pois cabe salientar mais uma vez a relevância deste mecanismo no sentido de acionar o debate público.

A jornalista Maria Júlia transparece uma segurança de si diante de uma enxurrada de ofensas. Ela respondeu aos criminosos:

"Muita gente imaginou que eu estaria chorando pelos cantos. Mas já lido com a questão do preconceito desde sempre. Não esmoreço, cresci numa família consciente, meus pais sempre me orientaram. Acho bom que as medidas judiciais sejam tomadas para evitar ataques a mim e a outros. Fiquei feliz com a manifestação de carinho. Foram milhares de mensagens, e-mails, telefonemas. A minha militância eu faço com o meu trabalho. Os preconceituosos ladram, mas a caravana passa". (Portal *online* Globo, acesso em 20 nov. 2017).

Em seguida, Willian Bonner comenta: "Eu e a Renata falamos em nome de todos os colegas da Globo. É claro que todos aqui dentro repudiaram essas agressões absurdas. Somos todos Maju, né Renata?". Renata concordou: "Somos todos Maju. Hoje e sempre."

Fazendo mais uma reflexão em torno do caso e de acordo com todo o estudo feito para este trabalho, pode-se questionar “Somos todos Maju”?

Pode-se fazer duras críticas ao peso que a frase tem dentro de uma emissora que historicamente apoia o racismo institucional, onde há apenas uma pequena parcela de atores, jornalistas e profissionais negros. A emissora é contraditória em seu discurso, visto que, suas produções novelas tratam a questão do racismo de uma forma superficial, estereotipada e por muitas vezes errônea.

Dentro dos limites globais que permitem que se fale em preconceito e preconceituosos e impede que sejam usadas as expressões adequadas, racismo e racistas. O caso de Maria Júlia se configura como um episódio importante para ser analisado sob a ótica jornalística e social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de racismo contra a Jornalista Maria Júlia Coutinho levanta diversos questionamentos sobre como casos de racismo são tratados pela imprensa. O jornalismo ocupa um lugar de destaque na sociedade como porta-voz dos acontecimentos, estando teoricamente ligado à defesa dos direitos humanos e do cidadão. Contudo, é preciso refletir se os espaços na grande mídia estão sempre abertos a debates como esse que foi estudado nesta pesquisa ou se apenas quando é conveniente aos seus números de audiência.

O que está proposto neste trabalho são estudos na esfera da comunicação e da sociologia. A ênfase pretendida se dá sob a questão da televisão, da internet e da vida social. Durante a pesquisa questões foram abordadas e ficam sem respostas, mesmo ao concluir este trabalho, como: o negro na mídia obteve uma conquista ou concessão? A participação do negro nos espaços comunicacionais de poder tem uma relação direta com as raízes históricas da discriminação e do racismo no Brasil.

Depois de diversas pesquisas pode se constatar que o espaço na mídia e nos espaços de poder que foram concedidos aos negros e negras possui historicamente uma fronteira. A sociedade racista brasileira, não obteve sucesso efetivo em impedir completamente determinadas características do povo negro e por isso, passou a conceder pequenos espaços de destaque que pudessem dar a sensação de uma democracia racial.

Podemos afirmar que o caso de Maria Júlia ganhou exaustiva repercussão midiática em seus primeiros dias, voltando à tona com o julgamento dos criminosos. O fato é que mesmo após todo o estudo deste caso, ainda restam dúvidas, tais como: qual a diferença entre os profissionais de imprensa que sofreram com crimes como esse anteriormente e não obtiveram o mesmo eco? Por que não se fala diariamente dos casos de racismo e mortes da população negra em geral? Ações como essas, de combate ao racismo, dão a sensação à sociedade em geral de que o mesmo está sendo combatido. A resposta é não, não está sendo combatido. A imprensa costumava ignorar o racismo. E ainda ignora.

Da forma como a Rede Globo mostrou no Jornal Nacional, deixa a sensação de que esse crime é uma causa pontual e individual. Entretanto, a verdade é que esse sistema de opressão está presente em pequenos gestos diários na população brasileira, sendo velado em sua maioria, o que faz com que o racismo seja ainda pior e cause mais sofrimento e dor a quem o sofre.

Já que o Jornal Nacional e a Rede Globo pretenderam levantar a bandeira do “Somos Todos Maju”. É necessário que primeiro se faça uma análise da sua edição do jornal e perceba que o que aconteceu com a jornalista, e acontece com mais da metade da população, é racismo. Não há como se falar sobre isso dizendo que a jornalista recebeu “duras críticas” ou “comentários inadequados”, racismo é crime.

Por outro lado cabe pontuar também que nunca, neste telejornal, profissionais de jornalismo foram chamados por seus apelidos ou reduções de seu nome, não é desta forma que a crise de audiência será superada. Maria Júlia Coutinho é mulher negra, casada e jornalista atuante na Rede Globo desde 2005 e que mesmo com tanto tempo de emissora, o Brasil só conheceu seu nome em após mais de 10 anos de trabalho.

Sendo assim, é fato que esse caso inédito de “combate” ao racismo feito pela Rede Globo é mais uma oportunidade encontrada pela emissora de crescer a audiência de um telejornal que já não está tão bem. Oportunidade esta utilizada também por uma agência de publicidade ao utilizar-se da *hashtag* “Somos Todos Macacos”, outra vez o povo negro e suas questões são banalizados e resumidos a campanhas de comunicação midiática.

Por outro lado, há um ponto de extrema importância que é a representação causada por Maria Júlia nas demais mulheres e meninas negras que a assistem. Independentemente de serem jornalistas ou não, Maju está diariamente no horário nobre da televisão aberta com toda sua negritude espalhada pela tela. Representatividade importa sim!

Em 2009, quando Sueli Carneiro usou o termo “antimusas” da televisão brasileira, ela quis lembrar que as mulheres negras padecem de absoluta invisibilidade. Maria Júlia é um dos pontos de força que podemos nos agarrar e continuar seguindo, visto que, nessa posição, a jornalista está livre de estigmas e estereótipos que possam ser vistos como condição de subordinação a qual estamos acostumados. Independentemente de todos os modos que fizeram o caso chegar às proporções que chegou, o fato que gostaríamos de ressaltar é a representação da mulher negra e jornalista em um espaço de poder.

Com a elaboração deste trabalho observamos o período pós-abolição, percebe-se que neste momento foi crucial a criação vários movimentos e iniciativas, principalmente, na mídia impressa, de grupos que buscavam de forma bastante objetiva o que nós chamamos de identidade.

O problema em torno da visibilidade negra está enraizado no seio da sociedade brasileira, as únicas maneiras de ser representado é fazendo o contraponto à mídia dominante. Sendo assim, percebemos até hoje quais são as ideias que estão na estrutura e ideologia da grande mídia. Evidentemente, o privilégio é para poucos e determinados grupos.

Ao finalizar este trabalho remete-se ao ponto de partida, a introdução, pois ainda percebe-se total ausência de uma discussão necessária sobre os negros e negras no Brasil. Após a abolição carteiras não foram assinadas e estes não foram incorporados no sistema social de poder. Desta forma, os estereótipos criados nos primórdios da vida social continuam perpetuando uma imagem negativa.

Para finalizar, há dois pontos principais para se pensar com este trabalho. O primeiro trata-se de aumentar o número de personagens afrodescendentes nos espaços de poder e de mídia, o segundo de pensar a representação negra que quer ser feita, desconstruindo antigos estereótipos carregados de preconceito e racismo.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa. TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros**. Alceu - v. 11 - n.22 - p. 90 a 108 - jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=34>> Acesso em 03 set. 2017.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAÚJO, Joel Zito. **O negro na TV pública**. Brasília: FCP, 2010.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000.

BARBOSA, Erly Guedes. SILVA, Silvano Alves Bezerra da. **Mulheres invisíveis: a imagem da mulher negra no jornalismo de revista feminino brasileiro**. CAMBIASSU – Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão –

UFMA. São Luís/MA, n. 5, ano XIX. V.I, jan/dez de 2009. Disponível em:
<<http://www.cambiassu.ufma.br/cam>> Acesso em 10 nov. 2017

BECKER, Beatriz. Diversidade e pluralidade: Desafios da produção de um telejornalismo de qualidade. In: BORGES, Gabriela; REIA-BAPTISTA, (orgs). **Discursos e práticas de qualidade na televisão**. Lisboa: Novos Horizontes, 2008, p. 357-367

BRANDÃO, Marina Oliveira Barbosa. **A imagem da mulher negra: Significação, identidade e discursos**. Interletras, v.3, n.18, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Liberdade de Expressão e Diversidade de Gênero**. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=IwdVISYxoSc>> Acesso em 11 nov. 2017.

CHAVES, E.S. **O racismo contra o negro e a aprendizagem cultural**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo 13(2) 11-19, 2003.

COUTINHO, Lúcia Loner. **Antônia sou eu, Antônia é você: identidade de mulheres negras na televisão brasileira**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em:
<<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4417>> Acesso em 10 maio 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo. Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo. Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1979.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava: **Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GILLIAM, Angela e GILLIAM, Onik'a. **Negociando a subjetividade da mulata no Brasil**. Estudos Feministas, v.3, n.2, 2º sem. 1995. pp. 525-543.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação**. Estud. afro-asiát. Rio de Janeiro. 2000.

GOMES, Itania Maria Mota. **Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão**. Trabalho apresentado no V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, artigo, 2007. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/74277217742772103772621605140235486090.pdf>> Acesso em 08 nov.2017.

GOMES, Itania Maria Mota. org. **Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: EDUFBA, 2011, 284 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/9wgnc/pdf/gomes-9788523211998.pdf>> Acesso em 08 nov. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 Ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução Susana Alexandria. 2ª edição. São Paulo: Editora Aleph. 2011.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia : estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru. EDUSC, 2001.

LE MOS, André L.M. **Anjos interativos e retribalização do mundo. Sobre interatividade e interfaces digitais**, 1997, artigo. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interativo.pdf>> Acesso em 03 ago. 2017.

LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 14-16

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 2ª edição.

NOGUEIRA, Hudson de Souza. **E o professor pode ser negro? O jornalismo esportivo e seu olhar sobre o racismo**. Porto Alegre. UFRGS, 2015.

OLIVEIRA, Maria Alana Brinker de. **Opinião pública, espelho da televisão: até onde a sociedade enxerga. Uma análise focada em telejornais**. Porto Alegre, 2008. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Públicas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PEDRO, Joana Maria. **Corpo, prazer e trabalho**. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/5/43>> Acesso em 13 set. 2017.

PEDRO, Joana Maria (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, artigo. Disponível em:

<<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/5/43>> Acesso em 13 set. 2017.

PEREIRA, Lília Campos. **A construção da identidade da mulher negra no Brasil.** In: **Comunicaciones en humanidades**, 2013, pp.34-49.

PINSKY, Carla Bassanezi. **A era dos modelos flexíveis.** Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/5/43>> Acesso em 13 set. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. **A era dos modelos rígidos.** Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/5/43>> Acesso em 13 set. 2017.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000.

SANTANA, Mendes Juliana. **Representação da mulher negra na teledramaturgia brasileira:** Um olhar sobre a Helena negra de Manoel Carlos, 2010. Monografia (Conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo), Instituto de Educação Superior de Brasília. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfjFsAE/monografia-sobre-a-representacao-mulher-negra-na-teledramaturgia-brasileira>> Acesso em 10 maio 2017.

SANTOS, Francijane Lima dos; SILVA, Marcia Ramos da. **A representação da mulher negra nas telenovelas brasileiras: Um espaço em construção.** Guarabira. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2016%20-%20Francijane%20Lima%20dos%20Santos%20e%20Marcia%20Ramos%20da%20Silva%20TC.PDF> Acesso em 11 dez. 2017.

SANTOS, Gislene Aparecida. **Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação.** Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00184.pdf>> Acesso em 09 nov 2017

SILVA, Rafaela Caroline da. **A presença de jornalistas negras no telejornalismo da região metropolitana de Porto Alegre.** 2014. 97 f. Monografia (Conclusão do Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2014 Disponível em: <<http://biblioteca.feevale.br/Monografia/MonografiaRafaelaSilva.pdf>> Acesso em 10 maio 2017.

SOUSA, Adam Henrique Freire; GRIJÓ, Wesley Pereira. **O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações.** Disponível em:

<<http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-09.pdf>> Acesso em 03 set. 2017.

STROZENBERG, Ilana. **Branca, preta, híbrida: qual é a cor da beleza na propaganda brasileira hoje?** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=148>> Acesso em 08 dez. 2017

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa.** Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 2007, artigo. Disponível em: <http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf> Acesso em 01 dez. 2017.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ZANOTTI, Carlos Alberto. **Jornalismo Colaborativo, gêneros jornalísticos e critérios de noticiabilidade.** Revista Comunicação Midiática, v. 5, n. 1, p. 28-41, set/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.mundodigital.unesp.br/revista/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/25/17>>. Acesso em 03 nov. 2017.